

UFAL/BC/COLEÇÕES ESPECIAIS
EXCLUSIVO NA BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
ICHCA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
COS - COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

LARISSA FONTES NUNES
LAURA TERESA BARBOSA GALINDO

**HOMOFOBIA LETAL: UM PANORAMA DO PRECONCEITO QUE
MATA EM ALAGOAS**

Maceió
2012

UFAL / BC / COLEÇÕES ESPECIAIS
USO EXCLUSIVO NA BIBLIOTECA

LARISSA FONTES NUNES
LAURA TERESA BARBOSA GALINDO

HOMOFOBIA LETAL: UM PANORAMA DO PRECONCEITO QUE MATA EM ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFAL – Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientador: Prof. Clayton Santos, M.Sc.

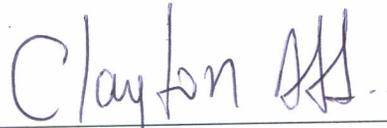
Maceió
2012

LARISSA FONTES NUNES
LAURA TERESA BARBOSA GALINDO

HOMOFOBIA LETAL: UM PANORAMA DO PRECONCEITO QUE MATA EM ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFAL – Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientador: Prof. Clayton Santos, M.Sc.



Assinatura do Orientador.

MACEIÓ

2012

AGRADECIMENTOS

Larissa Fontes

Meus agradecimentos...

A Deus, por ser minha fonte de conforto e por não me abandonar nos momentos mais difíceis da caminhada. E porque foi através de amigos de faculdade que eu pude conhecê-lo melhor e firmar minha fé.

Aos meus pais, João Rinaldo e Fátima, por não pouparem esforços para que eu tivesse uma boa educação, tanto em casa, como na vida estudantil. E por serem, mesmo que não saibam, espelhos para minha vida.

Aos meus avôs, Rubério e João (*in memoriam*) e avós, Odete e Risalva, por sempre me acolherem da melhor forma e por me mostrarem o valor da família.

A tia Aninha, minha segunda mãe, e a tia Lurdinha, uma das pessoas mais maravilhosas que Deus colocou em minha vida.

Ao meu namorado, Ramon, por toda paciência, carinho e cuidado desprendidos a mim, por ser uma pessoa tão especial e por estar sempre ao meu lado. Mesmo grande, você é Baixinho e tem um coração lindo.

As minhas companheiras de faculdade, vocês foram muito importantes na minha caminhada e transformaram as idas à Ufal uma diversão. Em especial, à Laura, companheira na jornada acadêmica e neste trabalho, e a Isabela, que se fez uma pessoa importante para que esse trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos de fé, pelo carinho e presença constante em minha vida. Em especial, a Bia e ao Ed por terem sido exemplos para mim; e a Dinha, amiga que sempre esteve disposta a me ajudar em todos os momentos, principalmente, nesse trabalho.

E, por fim, a todos os entrevistados, pessoas que dispuseram seu tempo para ajudar-nos a concretizar esse que acreditamos ser um trabalho de relevância para a sociedade.

Laura Teresa

Concluir esta etapa foi um dos momentos mais esperados dos últimos tempos. E não apenas por mim ou pela Larissa, mas por todos aqueles aos quais devemos gratidão.

Início agradecendo às pessoas que tornaram possível este trabalho: aos mestres, que em sala de aula compartilharam seus conhecimentos, de modo particular, ao professor Clayton, orientador deste estudo, pela confiança e direcionamento nesse período. Aos demais funcionários da UFAL, que, no exercício de suas funções, proporcionaram-nos uma Universidade adequada para o ensino.

Aos entrevistados deste TCC, que - em sua maioria - não pouparam esforços para ajudar-nos e acreditaram em nosso trabalho. Mesmo sem saber, davam-nos o maior dos incentivos, capaz de nos fazer continuar quando estávamos chegando aos limites físicos e mentais.

É difícil agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte da minha vida. Neste espaço irei me referir ao momento acadêmico e, mesmo que tenham sido apenas quatro anos, poderei pecar ao citar nomes. No entanto, de coração, agradeço aos que estiveram comigo nessa caminhada.

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida, ao passo que lhes agradeço: Avós, pais e irmãos.

Aos meus avós maternos - José Correia (*in memorian*) e Laura de Souza (*in memorian*) - e paternos - Antenor Ferreira e Terezinha Galindo -, que, com garra, fizeram o tal “destino” mudar seu curso e proporcionaram o melhor a seus filhos, prezando sempre por três bases: educação, integridade e respeito ao próximo. Os senhores, mesmo que não tenham chegado nem perto do Ensino Superior, frisaram que a sabedoria e honestidade são os bens intocáveis do homem.

Aos meus pais, Socorro Barbosa e Antenor Galindo, por seguirem os exemplos dos seus e se tornarem meus exemplos, minhas referências. Sem os senhores, este trabalho não seria possível, tão pouco, a realização dos meus sonhos. Obrigada pelo apoio, paciência, dedicação. Obrigada pelo amor nem um pouco contido.

Aos meus irmãos, Gustavo, Vinícius e Luísa, por serem companheiros, dedicados, por torcerem pelo meu melhor. Vocês são os motivos das minhas risadas e me enchem de orgulho.

Agradeço ao meu namorado, Samuel, que tanto me incentiva e ajuda a amadurecer e a acreditar em mim. Obrigada por ser tão companheiro e amoroso, compreensivo e atencioso. Estamos construindo uma linda história, não é?

Agradeço à Ridícula, uma pessoa singular. Este trabalho também é seu e você sabe bem disso. Obrigada por toda a dedicação e amor. Sem sua força, não imagino este TCC concluído, sem sua presença, não imagino minha vida. Nossa amizade ultrapassa as barreiras da distância e nosso “tripé” é fundamental para mim.

Agradeço às famílias Barbosa e Galindo, por serem fontes de inspiração e espelhos. Com pouco estudo, meus avós formaram as melhores famílias que já vi e das quais me orgulho em fazer parte. Engrandecem meu ser e viver. Aos tios, tias, primos e primas, sou muito grata pela força e pelo amor.

Agradeço à Nadir, que faz parte da nossa casa, da nossa família. Seus zelo e carinho são tão importantes e especiais que eu jamais saberei agradecer. Você é uma pessoa iluminada.

Agradeço aos amigos, bênçãos que Deus coloca em nossas vidas. Tenho a honra de ter amigos leais e verdadeiros, os quais me mostram que amizade é sim para sempre. A vocês, que são parte de mim, minha eterna gratidão.

Às amigas de faculdade, meu muito obrigada por tornarem essa jornada mais colorida e leve. Conhecer vocês foi uma das melhores coisas que a UFAL me proporcionou. Bela, Pig, Marcelão, Maria, Norman, Renée e Zuzu. De modo particular, agradeço à Ixa, pelo companheirismo neste trabalho, nós conseguimos!

Agradeço aos que conheci nas portas que a Universidade me abriu: estágios e Projeto de Extensão. Em especial, à Cristina e sua família. Agradeço ao Sorriso de Plantão, grande presente e amor que a UFAL me concedeu. Fazer parte dele é mais um sonho realizado, que me faz crescer como um todo, é mais uma família da qual me sinto honrada em integrar.

Obrigada a todos vocês que, por serem tão especiais, aturam minhas mudanças de humor, perdoam meus erros e vibram com meus acertos. Esta conquista não é apenas minha, compartilho com vocês. Agradeço por permitirem a convivência e pelo afeto.

Por último, o mais importante: agradeço a Deus por todos os momentos da minha história. Obrigada por permitir a conclusão deste curso e deste Trabalho e por vencer junto a mim cada batalha. Obrigada por todas as pessoas que tenho a honra de agradecer aqui e agradecer em nossas conversas, meu Pai. Por Tuas mãos e pela Tua vontade é que elas existem e estão presentes na minha vida. Sou muito abençoada por conhecer a Ti e por saber que em todos os passos estais ao meu lado.

“Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro.”

Saramago

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de abordar a alta incidência de crimes homofóbicos em Alagoas, bem como, sua relevante impunidade, a fim de promover a conscientização da população que a realidade atual precisa ser mudada. As referências foram traçadas a partir de grupos ativistas, do Governo, da Segurança, de vítimas e parentes, bem como, por meio de estudos sobre o tema, para expressar em números ou em bases teóricas o que foi proposto a ser apresentado. A partir dele, é possível perceber a necessidade de um trabalho de reeducação mental da sociedade no que se refere à homofobia. Além do investimento em políticas públicas educacionais, agregado a campanhas na mídia, punir tais delitos podem garantir a redução dessa prática irracional.

Palavras-chave: homofobia, impunidade, crimes, Alagoas.

ABSTRACT

This paper aims to address the high incidence of homophobic crimes in Alagoas, as well as its relevance impunity, in order to promote public awareness that the current situation must be changed. References were drawn from activist groups, Government, Security, and relatives of victims, as well as through studies on the subject, to express in figures or theoretical basis which was proposed to be presented. From it, you can see its necessary a mental reeducation of society in relation to homophobia. In addition to investment in public education policy, added to media campaigns, to punish such offenses can ensure the reduction of this practice unreasonable.

Keywords: homophobia, impunity, crimes, Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2. 1 - GIVANILDO DE LIMA.....	24
FIGURA 2. 2. - LUIZ MOTT. FONTE: WWW.UMOUTROLHAR.COM.BR.....	26
FIGURA 2. 3 - ASSASSINATOS HOMOFÓBICOS POR REGIÃO EM 2009. FONTE: GGB.....	27
FIGURA 2. 4 - ASSASSINATOS HOMOFÓBICOS POR REGIÃO EM 2010. FONTE: GGB.....	27
FIGURA 2. 5 - RENILDO JOSÉ DOS SANTOS - FONTE: GGB.	36
FIGURA 2. 6 - PADRE HIDALBERTO GUIMARÃES - FONTE: GAZETAWEB.	37
FIGURA 2. 7 - MISS GAY ARAPIRACA - FONTE: G1.....	38
FIGURA 2. 8 - FRED SAFADI E FLAVIUS LESSA - FONTE: CADA MINUTO.....	39
FIGURA 2. 9 - DONA JOSEFA BARBOSA.	41
FIGURA 2. 10 - JOSENILDO BARBOSA, ENTERRADO VIVO.	41
FIGURA 2. 11 - A.G.L. MOSTRA AS CICATRIZES DEIXADAS PELA VIOLÊNCIA.....	45
FIGURA 2. 12 - DOTÉ ELIAS - FONTE: ALAGOAS EM TEMPO.....	46
FIGURA 2. 13 - FLÁVIO GOMES - FONTE: CADA MINUTO.....	52
FIGURA 2. 14 - NILDO CORREIA.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1.1. Jornalismo	15
1.2. Gêneros Jornalísticos.....	16
1.3. Reportagem	17
1.4. Web Jornalismo	18
1.5. Homofobia	20
CAPÍTULO II: A REPORTAGEM.....	23
2.1. O retrato da homofobia	23
2.2. Homofobia em Alagoas: casos que chocam a população	35
2.3. Perversidade: vítimas da homofobia narram seus traumas	40
2.4. Homofobia: com a palavra a legislação e as autoridades	50
CAPÍTULO III – PUBLICAÇÃO NO PORTAL CADAMINUTO	60
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

O referente trabalho tem o foco de alertar a população para a incidência de crimes homofóbicos entre todas as classes sociais no estado de Alagoas, e conscientizá-la da carência na resolução dos mesmos.

A homofobia nunca esteve em tanta evidência quanto hoje. Pode-se vê-la tanto em filmes, artigos e lutas das organizações voltadas ao público LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros -, quanto na mídia de massa, como as novelas que têm apresentado casais homoafetivos e o que eles sofrem para conseguir aceitação e respeito, enfrentando o preconceito vindo de pessoas próximas, ou não, e em diversos graus.

A mídia nunca expôs tanto essa batalha que existe há décadas. Com momentos de esclarecimentos, de apresentações e informações acerca do universo LGBT. O que merece destaque é que a sociedade do século XXI se intitula muito “moderna”, no entanto, se “choca” com a orientação sexual que difere da heterossexualidade, mas não se sensibiliza com a violência homofóbica e não sente compaixão pelo sofrimento alheio.

Nesse aspecto, é possível observar uma inversão de valores. As pessoas não vivem ou sentem empatia - capacidade de se identificar totalmente com o outro, colocando-se em seu lugar - e talvez isso explique a situação na qual se encontram, justificando a crescente violência e a falta de mobilização para contê-la.

A batalha contra o preconceito homofóbico é para fazer valer os direitos dessas vítimas como cidadãos comuns e iguais às demais, como diz a Lei. Observamos que se a Constituição Federal fosse “obedecida” e realmente garantisse o que utopicamente afirma, no sentido de ser justa, livre e solidária, projetos de leis como o PLC 122/2006 - o qual visa criminalizar a homofobia - não estariam em debate, assim como não existiriam leis específicas para sexo e raça.

Este trabalho é relevante por cumprir a necessidade de tornar público tanto a alta taxa de crimes contra os homossexuais, quanto sua acentuada impunidade, triste realidade na qual a intolerância insere o Brasil e, como foco principal, o estado de Alagoas.

O objetivo geral é elaborar uma grande reportagem abordando o tema, a fim de conscientizar a população acerca do assunto, com a apresentação de relatos sobre os delitos e depoimentos de pessoas que, de alguma forma, estão envolvidas neles.

Os objetivos específicos referem-se a investigações de como as famílias e organizações não governamentais direcionadas ao público LGBT se comportam e se mobilizam diante dessa situação. Além disso, nos propomos a expor qual a preocupação do Estado - como polícia, educação e segurança - em relação ao desenvolvimento de políticas de prevenção e elucidação desses crimes.

A pesquisa aconteceu de forma diversificada. Em livros, realizou-se pesquisas teóricas sobre o jornalismo, webjornalismo, reportagem e homofobia. Na internet foram coletados dados da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e de alguns casos antigos.

A internet também foi utilizada como ferramenta da comunicação em algumas entrevistas e coletas de dados, assim se deu a relação com Luiz Mott, decano do Grupo Gay da Bahia (GGB) e com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) Federal - que depois de muitos contatos, não quis responder a entrevista.

Contudo, o trabalho, como é de se esperar numa reportagem, foi muito externo. Aproximadamente 20 pessoas foram entrevistadas, entre ativistas, vítimas e famílias. Visitas a delegacias, participação em eventos voltados ao público LGBT, entre outros, estiveram no cronograma. As dificuldades apareceram ao tentar contato e encontros com todas as pessoas que tínhamos interesse.

A maior parte das entrevistas foi agendada e possuía roteiro prévio, de acordo com as informações que acreditávamos conseguir com aquele entrevistado. No entanto, no decorrer de cada conversa, outras perguntas surgiam. Aquelas que não foram agendadas aconteceram com personagens que surgiram em momentos oportunos, como quando buscávamos outras informações e por acaso, tais pessoas estavam lá e tinham histórias para contar-nos.

Para que não passasse qualquer detalhe desses encontros, foram utilizados gravadores nas entrevistas. O tempo não era pré-estabelecido e variava de acordo com a disponibilidade de cada pessoa e com o que ela tinha a contribuir à pesquisa.

Neste trabalho, se buscou referências em grupos ativistas, no Governo, na Segurança, em vítimas e parentes, bem como, em estudos sobre o tema, a fim de expressar em números ou em bases teóricas o que se propõe a apresentar.

O capítulo I é a Fundamentação Teórica, base para nosso trabalho. Foram quatro anos estudando as teorias do Jornalismo e aqui sintetizamos as ideias de alguns autores. Além disso, destacamos a importância dos meios de comunicação, expressa em nossa escolha de publicar o trabalho prático no Portal CadaMinuto. É possível conhecer a realidade da homofobia no Brasil e, principalmente, no cenário Alagoano.

Da teoria à prática, o capítulo II é a reportagem em si, nosso principal trabalho. Para estruturá-la de acordo com as referências, facilitando o entendimento, dividimo-la em quatro partes.

A primeira delas apresenta um panorama geral sobre a homofobia e suas raízes, como forma de propor a erradicação desde a base. A partir do ranking nacional e mundial desses crimes, ressaltamos os números alarmantes nos quais estão inseridos Alagoas e o Brasil: o pior estado no país mais homofóbico do mundo. Tratamos, ainda, da paralela alta taxa de impunidade sobre a qual se deleitam os criminosos.

Na segunda parte da reportagem, apresentamos alguns crimes alagoanos de grande repercussão. Tais crimes ganharam destaque na mídia porque, além de terem sido cometidos com muitos requintes de crueldade, as vítimas eram pessoas que, por algum motivo, tinham notoriedade na sociedade.

A terceira parte da reportagem traz depoimentos de algumas vítimas dessa perversidade. A partir deles, é possível perceber que a principal cicatriz deixada nas vítimas é o medo.

Na quarta e última parte, expomos o que dizem a legislação e as autoridades sobre a homofobia. Retratamos a carência de Leis específicas e políticas públicas voltadas à comunidade LGBT, além de destacarmos as conquistas e contraposições desse público.

No capítulo III, nós apresentamos de que forma foi ao público a série de reportagens no Portal CadaMinuto, para qual seguimos as instruções de autores de web jornalismo na edição de nosso texto.

Por fim, no capítulo IV, apresentamos nossas considerações finais, resultado de todo o tempo de dedicação e dessa experiência, as quais nos proporcionaram aprendizado e amadurecimento intelectual.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Jornalismo

O jornalismo está presente na vida de todas as pessoas, direta ou indiretamente; isso porque cada vez mais os veículos de comunicação estão acessíveis a todos. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 9) “a palavra jornalismo quer dizer apurar, reunir e selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com a veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação”.

O jornalista precisa ter além de vocação e técnica, ética, porque é ela que faz dele um bom profissional e, para isso, ele pode até se basear no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual sempre deve ser seguido.

O jornalismo é tão importante que está intimamente ligado à construção social da realidade. A ética se faz ímpar nesse processo, pois são inúmeros os fatos que acontecem a todo o momento na sociedade, mas os jornalistas decidem o que se torna notícia, o que deve chegar ao povo ou não. Além disso, se deve considerar a forma como alcançará às pessoas, principalmente quando nos deparamos com as configurações sócio-educacionais em que o Brasil se insere.

Sabe-se que quanto menos censo crítico uma pessoa tiver, mais fácil aliená-la e convencê-la de algo. Esses indivíduos absorvem o conteúdo sem os devidos critérios seletivos em meio ao bombardeio de informações passado pela mídia.

Sendo responsável por formar opiniões de inúmeras pessoas, influenciando no seu modo de pensar e agir, é primordial que o jornalista busque a verdade e seja honesto em suas transmissões de informação.

Pesquisas aprofundadas permitem conhecer parte de um universo, chamadas de fontes - fundamentais às produções jornalísticas. Para Rossei (1988, p. 48) “a coleta de informações precisas, apuradas em dentro do possível, aprofundadas, é – ou, ao menos, deveria ser – o foco central do jornalismo”.

Tais coletas envolvem ouvir as declarações daquele ou daqueles que estiveram presentes ou têm alguma ligação com as situações relatadas. As exposições são capazes de

inserir o ouvinte ou leitor na realidade. Pois, além de tornar o trabalho mais rico, transpassa das estatísticas para o real.

É possível alcançar outro estágio, não apenas dos conhecedores, mas daqueles que, de certa forma, são interessados no assunto, direta ou indiretamente. E assim, confrontá-las. “questionar continuamente é uma característica central do trabalho de campo do repórter”. (IBID, p. 56). Questionar e checar também fazem parte da coleta de dados do jornalista. As informações devem ser conferidas.

1.2 Gêneros Jornalísticos

Em seu livro Teoria do Jornalismo, Felipe Pena afirma que a evolução tecnológica tem feito as funções específicas do profissional jornalista desaparecerem, exigindo uma formação técnica mais genérica. Segundo Pena (2005, p.65), "hoje, um bom repórter é também apurador, pauteiro e editor da própria reportagem". Todavia, apesar dessas generalidades, continua o autor, os gêneros jornalísticos não estão inclusos e continuam distinguindo-se, mesmo que com fronteiras tênues e conceituações diversificadas.

Os gêneros, que ordenam e classificam os textos jornalísticos, têm o objetivo de fornecer um mapa de estratégias de diversas categorias: discurso, tipologias, funções e utilidades. São várias as conceituações e divisões dos gêneros, a ideia de fazê-las surgiu na Grécia Antiga - proposta por Platão, que classificava os discursos baseado nas relações entre literatura e realidade - e os gêneros jornalísticos são temas de debates até os dias atuais.

No Brasil, Luiz Beltrão foi o pioneiro a fazer tais conceituações, levando em conta a geografia, o contexto sociopolítico, cultura, modos de produção e correntes de pensamentos. Seguido pelo professor José Marques de Melo, com divisões que se baseiam nos critérios: finalidade do texto, estilo, modos da escrita, natureza do tema, tipicidade e cultura. Melo propôs a seguinte divisão - partindo da sistematização de Beltrão, mas não em sua integridade:

O jornalismo informativo pode ser expressado em alguns tipos diferentes de texto: a Nota, que descreve os acontecimentos que estão em processo de configuração; a Notícia, a qual implica num relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social; a

Reportagem, configurando-se como uma exposição mais ampliada de um acontecimento que já repercutiu no organismo social; e a Entrevista.

Muito se fala sobre as diferenças entre notícia e reportagem. Alguns autores defendem que a diferença básica está no aprofundamento dos fatos. Num esquema prático, João de Deus Corrêa propôs itens de diferenciamento entre esses dois gêneros, que pode ser encontrado no livro de Felipe Pena.

Em suma, Corrêa (APUD PENA, 2005, p.70) diz o seguinte: A notícia apura fatos; a reportagem lida com assuntos sobre fatos. A notícia tem como referência a imparcialidade, relatando formal e secamente, independentemente da intenção do veículo; já a reportagem trabalha com enfoque e interpretação, e procura seduzir o receptor, é o produto da intenção. A notícia opera do particular para o geral – indução; enquanto a reportagem parte do geral (tema) para o particular (fatos) – dedução. A notícia atém-se à compreensão imediata dos dados essenciais; a reportagem se aprofunda, convertendo dados em assunto – por isso trabalha com pautas mais complexas, pois contextualiza.

1.3 Reportagem

Bahia (1990, p.49) afirma que, para se fazer uma reportagem, é preciso ter uma pauta, que serve como um guia sobre o que vai ser tratado. As pautas de reportagens são mais completas que as de notícias – elas reúnem as informações sobre o tema ou evento e sugestões de como ele deve ser abordado, de tratamento editorial e de demais informações pertinentes. A reportagem se divide em título, cabeça ou *lead* e desenvolvimento da história ou narrativa dos fatos.

No jornalismo, a grande notícia – e quase sempre a notícia mais importante – é a reportagem. Seja no jornal, na revista, na televisão, na rádio ou no cinema – com o nome de documentário –, a reportagem ocupa o primeiro lugar como cobertura jornalística. (BAHIA, 1990, p. 49)

O mesmo João de Deus que propôs as diferenças entre notícia e reportagem, criou classificações para a última. Mas, neste trabalho, no entanto, adotamos os três modelos fundamentais apontados por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari em seu livro *Técnicas de Reportagem: a Reportagem de Fatos, a Reportagem de Ação e a Reportagem Documental*.

A Reportagem de fatos (fact-story) é o relato objetivo de acontecimentos, obedecendo na redação a forma de pirâmide invertida - os fatos são narrados em sucessão por ordem de importância.

Já a Reportagem de Ação (Action-story) se trata do relato mais ou menos movimentado, que é começado pelo fato mais atraente seguindo aos poucos à exposição dos detalhes. Nessas reportagens, o importante é o envolvimento do leitor, conseguido pelo desenrolar dos acontecimentos de forma enuciante.

Ademais, a Reportagem Documental (Quote-story) é tida como um Relato documentado, os elementos são apresentados de forma objetiva e acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado. É expositivo e aproxima-se da pesquisa. Sodré e Ferrari afirmam em sua obra que esses modelos podem se combinar. A exemplo da reportagem documental, que ao desejar quebrar sua frieza e despertar mais interesse no leitor, pode ter elementos da reportagem de ação e de fatos inseridos. Bem como, as últimas podem ter em seus textos referências documentais para a contextualização dos fatos e informações do tema. (FERRARI, SODRÉ, 1986, p. 64)

No tocante à hierarquização dos acontecimentos e informações, a reportagem pode variar seus esquemas ou planos de texto: 1) Cronológico: É o contrário da "pirâmide invertida", onde os fatos são hierarquizados por ordem de importância - que é obrigatório nas notícias. Aqui os fatos são apresentados em sua sequência lógica; 2) Dialético: Comum na reportagem de fatos - onde o texto se põe a serviço da demonstração de uma ideia -, apresenta um arremedo de tese-antítese-síntese.

1.4 Web Jornalismo

De acordo com Pollyana Ferrari (2003), em 1988, dando princípio às publicações no meio virtual, os portais norte-americanos inseriram noticiários jornalísticos às suas páginas iniciais. A internet mudou a mídia de massa do século XXI, pelo dinamismo e interatividade. Oferecendo inúmeras possibilidades aos profissionais de comunicação e aos internautas. Além de permitir ao seu público escolher o que quer consumir, tendo vasta gama que se encaixe em suas preferências.

Percebe-se que, apesar do excessivo número de informações lançadas a todo instante nela, seus leitores ainda buscam uma boa forma de fazer jornalismo.

O potencial da nova mídia tornou-se um instrumento essencial para o jornalismo contemporâneo e, por ser tão gigantesco, está começando a moldar produtos editoriais interativos com qualidades atraentes para o usuário: custo zero, grande abrangência de temas e personalização. (IBID, p. 38)

Mesmo que alguns programas de TV permitam a interação de seus telespectadores, nada funciona como a internet. Dessa forma, os leitores podem colaborar com a reportagem ao expressarem sua opinião ou experiências, através de um “simples” comentário.

A interatividade é a arma mais ponderosa do meio online (WARD, 2006, p. 148). O grande fator que torna a internet atraente acontece a partir do modelo bilateral, aquele que permite ao jornalista enviar algo e receber retorno do usuário. O qual o autor divide em dois níveis. No primeiro nível, apesar dos usuários estarem apenas consumindo, eles têm o controle do que consomem. De acordo com Ferrari (2003, p.149), “algo está voltando do usuário, são as escolhas que os usuários fazem a respeito de o que querem ver e ouvir, com base no modelo de consumo não linear”.

Já no segundo nível, há, além do consumo, a contribuição dos usuários, que se tornam fornecedores dos jornalistas. O autor ainda afirma que jornalistas estão utilizando e divulgando seus endereços eletrônicos ou perfis na internet para permitir essa comunicação, os internautas participam, por exemplo, com ideias de reportagens. Além disso, relata que o interesse é mútuo. Para Ferrari (2003, p.149) “basta alguns jornalistas mencionarem o grande *lead* que eles conseguiram a partir de um e-mail de um leitor para que os outros implorem ao editor pela mesma oportunidade”.

No que se refere a como escrever para o meio online, Mike (2006) cita dois importantes autores. Jakob Nielsen, que sugere que não se use mais de 50% do texto que se usaria para um jornal impresso, bem como, enfatiza a funcionalidade de parágrafos curtos e dos subtítulos. E Crawford Kilian, o qual aconselha o uso de manchetes simples e informativas, assim como das aspas, garantindo que as pessoas preferem ler algo que alguém realmente disse.

A reportagem presente neste trabalho foi publicada no meio online para fazer jus à sua relevância: tornar público os atos decorrentes da intolerância aos homossexuais do Brasil, com ênfase nos casos ocorridos no estado de Alagoas. A partir do conhecimento das potencialidades do webjornalismo – sua atraente interatividade sem custos -, e pela concessão do espaço por meio do Portal CadaMinuto (www.cadaminuto.com.br), o mesmo foi

selecionado para publicar este estudo. A grande reportagem deste trabalho foi reeditada - para atender às peculiaridades do espaço virtual - e transformada numa série de cinco matérias, publicadas no decorrer dos dias úteis de uma semana.

As sugestão e articulação aconteceram através do Professor Orientador e o envio ao Portal se deu separadamente, uma matéria por vez, com suas respectivas imagens. Os comentários feitos em cada publicação ratificaram o que a mesma expunha: o preconceito, além de ser muito presente, na maioria dos casos, esconde seus autores. Foi possível perceber isso através dos pseudônimos que camuflam a identidade daqueles que se mostraram contra as matérias e a favor da homofobia.

Com o objetivo de alertar a sociedade quanto à realidade da homofobia, a primeira matéria publicada registrou 436 visitas de IPs¹ diferentes, 17 *retweets*² e 10 curtidas no *Facebook*. Já a segunda, obteve 814 visitas, 23 *retweets* e 11 curtidas no *Facebook*, a terceira matéria, que trouxe os casos emblemáticos contou 1040 acessos de IPs diferentes, 41 *retweets* e 17 curtidas. A quarta parte da série contabilizou 1012 visitas, 37 *retweets* e 12 curtidas no *Facebook*; enquanto a quinta e última, obteve 734 visitas, 18 *retweets* e 11 curtidas no *Facebook*.

Os números de visitas cresceram quando casos foram expostos, o que releva a importância das personagens para o público, que puderam saber de casos que ainda não tinham tomado ciência e reconhecer acontecimentos passados. Foi possível ratificar que os leitores têm interesse em ler aquilo que alguém realmente viveu ou disse, além de que a narração tem a capacidade de levar quem lê àquela realidade contada.

1.5 Homofobia

A palavra “homofobia” vem a da união de dois termos: homo=igual e fobia= do Grego *phobos*, que quer dizer medo irracional de algo.

O Manual de Comunicação LGBT (2010), apresenta o significado de fobia, descrevendo-a como aversão, medo irracional e mórbido, decorrente de um distúrbio psiquiátrico. Segundo os estudos, os conceitos acerca da homofobia ainda são pouco precisos,

¹ IP significa 'Internet Protocol', protocolo responsável pela identificação de computadores e de redes na internet.

² Ato de usar a mensagem de alguém no *Twitter*, retransmitindo-a para seus seguidores.

tendo em vista sua amplitude real. Além disso, a enquadra como grave problema social e político, apontando a carência de políticas públicas com esse direcionamento como agravante da homofobia em ambientes variados, como de trabalho, escolar e religioso.

Sobre a homofobia, o Manual discorre:

Pode ser definida como medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. (Manual de Comunicação LGBT, 2010)

Segundo o estudo sobre a diversidade sexual e a homofobia no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburg (2008, p.9), no que se refere ao grau de aversão ou intolerância a grupo de pessoas, 6% da população brasileira não gostam de encontrar pessoas com orientações sexuais específicas. Outros 2%, não gostam de encontrar aquelas com características relacionadas ao comportamento sexual.

A pesquisa parte da noção de heteronormatividade para expressar como ocorre a opressão sobre aqueles que divergem da mesma. Revelando que, ao encontrar desconhecidos de determinados grupos LGBT, o sentimento aflorado normalmente é, em menor frequência, o de satisfação ou alegria. Em relação aos transexuais que mudam de sexo, 10% das pessoas sentem repulsa ou ódio ao encontrá-los, outros 14%, descreveram que o sentimento é de antipatia (IBID, p.10).

A intolerância se torna expressiva quando 40% dos entrevistados afirmaram ser totalmente contra a legalização da união conjugal entre pessoas do mesmo sexo (IBID, p.6). É apresentado ainda que, 19% da população acham que o grupo que defende a legalização deveria obedecer a vontade da maioria, deixando de lado suas ideias; outros 54% aceitam que o grupo tenha suas ideias, desde que não tentem convencer os demais (IBID, p.5).

O estudo aponta ainda que os brasileiros têm o preconceito enraizado pela religião ou machismo cultural. Em relação às leis de Deus, 58% acreditam que a homossexualidade é um pecado e cerca de 84% concorda totalmente com a afirmativa “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”.

Tratada como patologia, mito que perdura há anos, ou “escolha”, a homossexualidade não é bem vista pela sociedade machista. 29% do Brasil concordam totalmente que ela é uma doença que precisa ser tratada, 26% dizem que é safadeza e falta de caráter (IBID, p.16).

A pesquisa apresenta números intrigantes, e não serve apenas para reafirmar o preconceito enraizado na sociedade, como muitos acreditam. A partir dela, foi possível

mostrar que a comunidade LGBT está mais organizada e unida. Claudio Xavier afirma em seu artigo referente ao estudo que há algo nele que se faz mais revelador e precioso.

A abordagem revela um sistema abrangente e profundo de como o preconceito e a discriminação se capilarizaram em todas as instituições, não como um parasita intruso, mas como mecanismo inerente e cultivado para seu funcionamento. (XAVIER, 2012)

De acordo com o autor, a homofobia seria o instrumento mais expressivo de afirmação e valorização heterossexual. Ao longo deste estudo será apresentado também o cenário alagoano da homofobia, o estado é o mais violento nesse sentido. Abrigando apenas 1,6% da população do país, Alagoas é responsável pelo registro de quase 10% das mortes de homossexuais do Brasil em 2010.

CAPÍTULO II - A REPORTAGEM

Neste capítulo será possível conhecer a realidade da homofobia, através de um panorama de como ela se faz presente em Alagoas, no Brasil e no mundo. Serão expostos números e comparativos que retratam a homofobia. Os crimes homofóbicos acontecem com muita frequência, estudos apontam que todos os dias homossexuais são mortos no Brasil e que outras agressões ocorrem em intervalos de tempo ainda menores.

No cenário alagoano, serão apresentados casos emblemáticos que marcaram o estado, além de vítimas comuns, que sofrem dia-a-dia por não seguirem a heteronormatividade.

Buscou-se contemplar todos os pontos de vista envolvidos: vítimas, familiares, ativistas, polícia e governo. Através da Legislação, expõe-se o que ela afirma em sua teoria e o que acontece na prática. O que a comunidade LGBT vive hoje está longe de ser livre e igualitária.

A sociedade parece pouco se importar com a perversidade desse preconceito, talvez por não conhecer de fato como ela se dá. A proposta é mudar a preocupação das pessoas em relação a essa violência, apresentando os motivos que a causam e o porquê de erradicá-la.

2.1 O retrato da homofobia

“Da segunda agressão que sofri, lembro apenas que levei um soco no rosto. Depois disso, desmaiei. Quando acordei já estava no hospital, com dez pontos na boca, um dente quebrado, um tímpano estourado, derrame no olho e a cabeça toda inchada”, conta A.G.L., siglas fictícias de vítima que prefere não ter sua identidade revelada.

Esse é um dos muitos relatos de vítimas que sofreram alguma agressão por causa da homofobia (homo=igual / fobia= do Grego *phobos*, que quer dizer medo irracional de algo).

Homofobia é o termo utilizado para identificar, além do medo, irracional ou não, também a aversão ou repulsa a pessoas que se relacionam afetivamente com outras do mesmo sexo. Ela provém, principalmente, da cultura machista que foi cultivada durante os séculos e que define padrões, excluindo os que fogem desses. Nesse caso, a cultura dita a heterossexualidade como orientação sexual normal, não aceitando e excluindo os homossexuais.

De acordo com Givanildo de Lima, o “Gygy”, de 39 anos, Presidente da Associação de Gays e Lésbicas da Barra de Santo Antônio, “o preconceito é algo que vai sendo passado de pai para filho, como se fosse hereditário”.

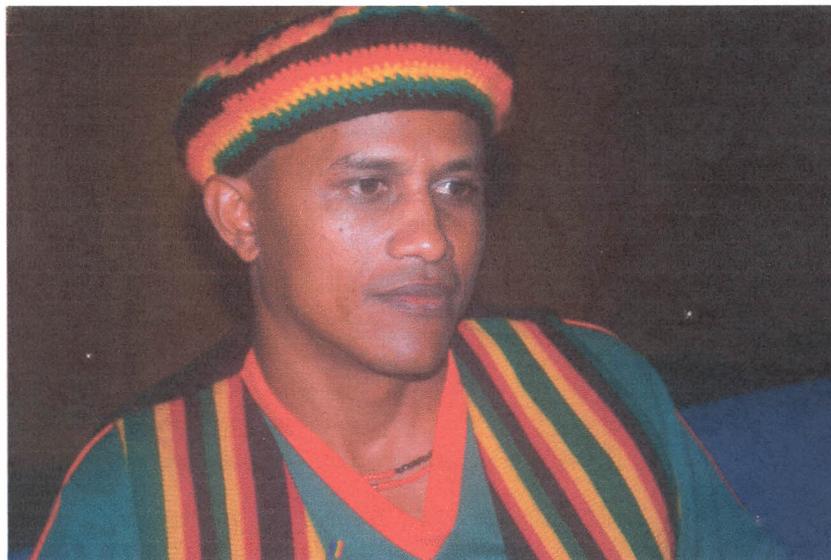


Figura 2. 1 - Givanildo de Lima.

Uma repulsa mais aguçada faz com que pessoas sejam capazes de cometer crimes contra homossexuais, os denominados crimes homofóbicos, que vão desde agressões verbais ou físicas a assassinatos com requintes de crueldade. Quando um homossexual é morto por pertencer a essa minoria sexual, não se trata de homicídio passional, mas de homofóbico.

Esses delitos são categorizados como crimes de ódio, aqueles cujos autores são despertados a cometê-los apenas pelo preconceito, por destilarem desprezo moral e por não suportarem o grupo ao qual pertence o agredido. Os crimes de ódio acontecem, principalmente, por raça, sexo, religião, orientação sexual ou etnia da vítima.

Os crimes homofóbicos, assim como os demais crimes de ódio, chamam atenção pelo alto índice e nível de tortura prévia das vítimas. Constata-se, então, que seus autores não se satisfazem apenas em matá-las, eles sentem a necessidade de fazê-las sofrer até a morte, como se fosse a forma de pagar pela orientação sexual diferenciada da dos agressores. As mortes lentas vão desde múltiplas facadas, golpes, e utilização de diversos instrumentos de tortura a corpos queimados, degolados, alvejados por tiros e estrangulados.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2010, em mais de 70 países é crime ser homossexual, ressaltamos que em alguns desses, como Arábia Saudita, Iêmen, Mauritânia e Sudão ainda cabe pena de morte para quem cometer tal delito.

É possível observar o desenvolvimento de alguns povos e o declínio de outros acerca da aceitação da relação homoafetiva. Em 2009, a homossexualidade deixou de ser crime na Índia. Porém, em Uganda, onde já é crime, há uma proposta de reforma da legislação que proscree a homossexualidade no país e contempla o agravamento das sanções, como por exemplo, a inclusão da pena de morte.

Dentro do país mais homofóbico do mundo, Alagoas apresenta os piores índices

Apesar de ter projetos que criminalizam a prática da homofobia, o Brasil é, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o país mais homofóbico do mundo, refletindo no alto índice dessa modalidade de violência.

O primeiro homossexual condenado à morte no Brasil foi o índio Tibira Tupinambá, que foi executado como bucha de canhão pelos capuchinhos franceses, em São Luís, no Maranhão, no ano de 1613.

Desde então, os crimes homofóbicos não cessaram, levando o Brasil a ocupar, há alguns anos, o primeiro lugar no *ranking*³ mundial de assassinatos homofóbicos, sem previsão de ser superado, já que em 2008 o número de mortes desse tipo foi 5,3 vezes maior que o do segundo colocado (México) e 7,4 que o terceiro (Estados Unidos da América).

Além disso, os números brasileiros crescem de forma progressiva: foram 184 vítimas fatais em 2008, 195 em 2009, 260 em 2010 e 266 em 2011. Enquanto os sucessores brasileiros mantêm uma média de 35 e 25 mortes, respectivamente, tornando as proporções ainda mais assustadoras quando no ano de 2008, Pernambuco contabilizou 27 assassinatos; em 2009, o Paraná e a Bahia contabilizaram 25, com o último chegando a 29 em 2010, números iguais ou maiores que a média de todos os EUA.

Para Luiz Mott, fundador do GGB, o Brasil é um país contraditório. “Por um lado ele é capaz de eleger à Roberta Close como modelo de beleza da mulher brasileira, por outro, é “o país onde mais homossexuais são assassinados no mundo”, afirma.

³ Termo inglês utilizado para determinar posição de algo ou alguém acerca de um tema.

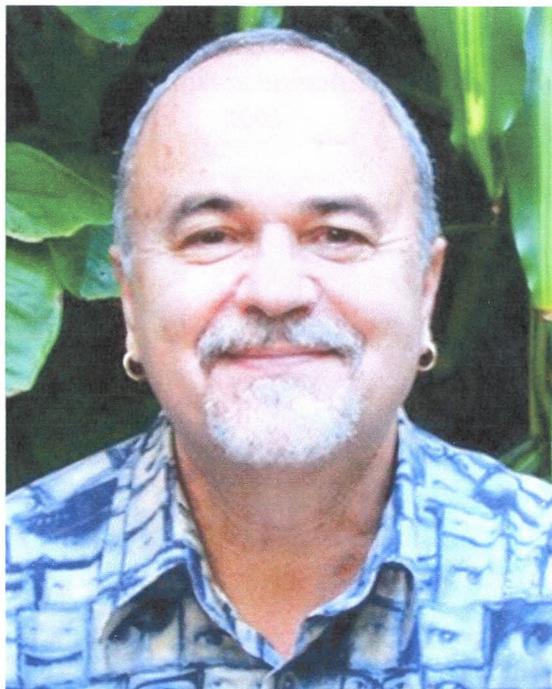


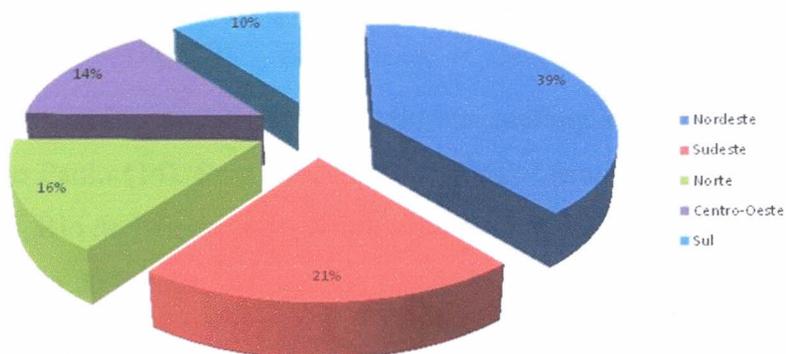
Figura 2. 2. - Luiz Mott. Fonte: www.umoutrolhar.com.br

A homofobia identificada no Brasil é tão radical que pesquisas apontam que a cada 33 horas, um homossexual é morto. O Nordeste é a região mais violenta nesse sentido, registrando em 2009 76 casos, ou seja, 38,97% do total, mantendo a liderança ao contabilizar 112 casos em 2010, 43,07% do total, um crescimento de 47,36% em relação ao ano anterior. Em 2011, a região confirma ser a mais homofóbica do país, ao registrar 46% dos assassinatos, mesmo abrigando apenas 30% da população brasileira.

Em segundo lugar, por dois anos consecutivos, vem a região Sudeste, que em 2009 teve 41 vítimas, 21% do Brasil e em 2010 registrou 72 vítimas, representando 27,7% do total, um aumento de 75,6%. Entre as três últimas colocadas, as posições não foram fixas. A região Sul era a terceira em 2009, com 30 casos, 15,4%, já em 2010, ficou em quinto lugar quando seus números caíram para 23 casos, isto é, 8,85% do total nesse ano, o que representou um decréscimo de 23,3%, sendo a região que mais progrediu nesses cálculos, já que perder números é manter vidas.

A região Centro-Oeste também progrediu, mas manteve sua quarta posição no *ranking* Brasil. Em 2009, ela registrou 28 casos, o que representa 14,35% e contabilizou em 2010 26 casos, 10%, uma queda de 7,1%. Por outro lado, a região Norte, que estava em quinto lugar em 2009, com 20 casos, representando apenas 10,25% do total, passou a ocupar o terceiro lugar em 2010, com 27 casos, 10,4% do total, um crescimento de 35% em relação ao ano anterior.

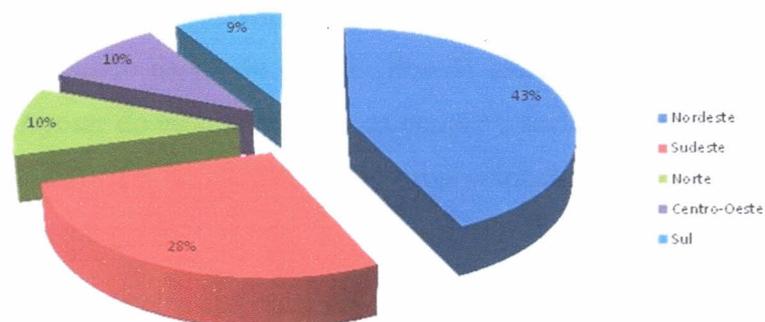
Gráfico dos assassinatos homofóbicos por Região
2009



Região	Nº de mortes	%
Nordeste	76	38,97%
Sudeste	41	21%
Sul	30	15,40%
Centro-Oeste	28	14,35%
Norte	20	10,25%

Figura 2. 3 - Assassinatos homofóbicos por região em 2009. Fonte: GGB.

Gráfico dos assassinatos homofóbicos por Região
2010



Região	Nº de mortes	%
Nordeste	112	43,07%
Sudeste	72	27,70%
Norte	27	10,40%
Centro-Oeste	26	10%
Sul	23	8,85%

Figura 2. 4 - Assassinatos homofóbicos por região em 2010. Fonte: GGB.

A maioria dos estados brasileiros e o Governo Federal não fazem o levantamento da violência homofóbica em seus territórios. Esse trabalho é realizado pelo GGB, que divulga em seu site, desde o ano 2000, um ranking nacional com dados estatísticos dos assassinatos de homossexuais. Segundo ele, há alguns anos, estão presentes entre os dez primeiros colocados cinco estados da região Nordeste.

Em 2009, os dez primeiros colocados do ranking eram: Bahia (25 assassinatos), Paraná (25), São Paulo (14), Pernambuco (14), Minas Gerais (14), Alagoas (11), Goiás (9), Mato Grosso (8), Rio de Janeiro (8) e Paraíba (8). Já em 2010 eram: Bahia (29), Alagoas (24), São Paulo (23), Rio de Janeiro (23), Minas Gerais (18), Pernambuco (17), Paraná (15), Goiás (12), Pará (10) e Paraíba (10).

Em 2011, o número de assassinatos de homossexuais no Brasil atingiu seu ápice, foram 266 homicídios. Em Alagoas, os registros diminuíram para 21, e o estado passou da segunda para a quarta posição no ranking, atrás da Bahia, que o lidera com 29 assassinatos, de Pernambuco com 25 e de São Paulo, que contabilizou 24 – segunda e terceira colocações respectivamente.

O ano de 2012 promete ser ainda mais violento. Em 4 de julho, o GGB divulgou um relatório parcial, apresentando os homicídios ocorridos no primeiro semestre do ano. De acordo com ele, de janeiro a junho, 165 homossexuais foram mortos no Brasil, 9 deles em Alagoas.

Apesar do número de assassinatos ter diminuído, a condição de Alagoas ainda é bastante preocupante. Segundo dados do GGAL, dos 21 assassinatos de 2011, apenas cinco foram solucionados. Apesar do estado de Alagoas ocupar a sexta posição em 2009 e passar a ocupar a segunda em 2010 e a quarta em 2011, proporcionalmente, é o estado onde mais homossexuais são mortos no país.

Enquanto a Bahia, primeira colocada no ranking nos últimos três anos, que tem uma população de 14.016.906, segundo dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) de 2010, matou 30 homossexuais, Alagoas matou 24 homossexuais, com uma população de apenas 3.120.494. Sendo assim, é possível concluir que na Bahia mata-se 2 homossexuais por cada milhão de habitantes, enquanto em Alagoas mata-se 7,7 por milhão de habitantes, uma diferença de 280%.

O delegado da Central de Polícias, Aides Ponciano Dias Junior, que há 9 anos trabalha no ramo, acredita que a homofobia é mais uma forma de violência do estado de Alagoas e não

algo isolado. O delegado afirma que “o fato de Alagoas estar nas primeiras colocações no ranking de crimes homofóbicos se deve aos índices sociais e educacionais, que são os piores do Brasil, isso reflete na criminalidade, na violência”.

A afirmação do delegado não é à toa. Tido como um estado violento, Alagoas registrou, de acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Social, 2.226 assassinatos no ano de 2010, o que lhe confere a maior taxa entre os estados brasileiros, além de, segundo estudos do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz - coordenador da pesquisa Mapas da Violência 2011 -, ser igual ao índice do país mais violento do mundo, El Salvador.

De acordo com Jacobo, Alagoas vive uma “verdadeira explosão da violência”, e a escalada do crime no Estado não tem uma causa única, mas ligação direta com o enfraquecimento do sistema de segurança pública estatal, a migração de facções criminosas e a estreita ligação entre poder público e o crime.

Decerto, desses 2.226 assassinatos, poucos foram os solucionados, já que a segurança pública em Alagoas não é severa no sentido de diminuir a desigualdade social, analfabetismo e concentração de renda. Falta emprego e a miséria avança. Além disso, o preconceito impera no estado, aumentando cada vez mais os crimes contra os homossexuais, o que não progride na mesma proporção, são seus esclarecimentos.

O presidente do Grupo Gay de Alagoas, Josenildo Correia de Oliveira, o Nildo, também aponta a carência de políticas públicas voltadas ao público LGBT como atenuante da homofobia. Ele acredita ser impossível garantir a qualidade da segurança pública com tamanha desigualdade social e desemprego, e cita o caso das travestis, que têm que enfrentar as “Leis das ruas” por não ter outro sustento a não ser a prostituição.

Para Nildo, a reestruturação que o Brasil precisa, em especial Alagoas, é ampla e geral. “Por meio de políticas públicas interligadas, como geração de emprego e renda, capacitação profissional, sensibilização dos familiares e da sociedade como um todo e, o trabalho da autoestima e auto aceitação, que é o que menos se pensa em fazer, pois as pessoas acham que é muito fácil ser um homossexual. Não é”, declara.

Depois de muita luta, uma proposta de 2008 se tornou real em dezembro de 2011. Para combater o alto índice de assassinatos, a Secretaria de Defesa Social criou um Grupo de Trabalho para combater crimes contra homossexuais e ajudar na solução daqueles que já aconteceram.

O Grupo de Trabalho será formado por um representante do Núcleo de Ensino Integrado da Secretaria de Defesa Social; dois representantes da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos; Polícia Civil; Polícia Militar, Corpo de Bombeiros; Superintendência Geral da Administração Penitenciária (SGAP) e Perícia Oficial do Estado de Alagoas. Serão convidados a participar do grupo membros do Poder Judiciário; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública Estadual; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana; representantes do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) e a Gerência da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE).

Alta taxa de Impunidade acoberta e faz crescer os crimes

“Preso está quem morre. Esse fica preso para sempre”, declara Dona Josefa Vieira dos Santos, que teve seu filho, Josenildo Barbosa dos Santos, morto aos 27 anos.

Ainda segundo as estimativas dos estudos de Jacobo, dos cerca de 50 mil homicídios ocorridos no país por ano, apenas quatro mil crimes (8%) têm o autor (ou os autores) descoberto e preso. Alagoas se destaca quando, mais uma vez, apresenta diferença gritante em relação à média nacional; no Estado, o índice de solução de homicídios não chega a 2%.

A impunidade é um assunto que tem se destacado na questão da homofobia. Nesses e em outros casos, ela é a “mãe” da violência, pois acoberta os criminosos e abre espaço para que os novos sejam ainda mais destemidos.

Além da tortura e morte, muitas vezes sem motivos aparentes, se questiona o porquê das investigações pouco avançarem, o porquê delas pouco apontarem suspeitos ou, quando apontam, dos acusados quase nunca pagarem por seus delitos.

Nildo Correia acredita que a garantia da impunidade aumenta os índices de violência. “Os criminosos fazem o mal sabendo que seus delitos não serão apurados, investigados, nem tão pouco, serão punidos por isso”, declara.

Maria José da Silva Santos, 33, Presidente do Movimento Dandara, afirma que os casos de homofobia não são esclarecidos no Estado de Alagoas devido ao desprezo às vítimas. “Nós vivemos numa terra de coronelismo, onde as pessoas ainda são muito conservadoras. Acredito que esses crimes não são solucionados porque é como se a polícia tratasse os homossexuais como bandidos ou coisa qualquer que não merece respeito”, declara Maria.

Para Rafael da Silva Gomes, 21, Gerente de Núcleo de Diversidade Sexual e Coordenador do Centro de Referência de Apoio a Vítimas de Discriminação e Violência, a impunidade está atrelada ao erro na categorização desses delitos. “O que acontece é que, na maioria dos casos, a Polícia Civil não julga esses crimes como homofóbicos, ela julga como crime passional e, sendo passional, julga que não é preciso muita investigação. Entretanto, pela forma brutal com que as pessoas são mortas, torna-se perceptível que é homofobia. O fato é que, independente de serem homofóbicos ou não, todos os crimes devem ser investigados”, afirma Rafael.

Na opinião do promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Flávio Gomes da Costa, 37, a realidade alagoana de impunidade é uma “mistura macabra”. “São diversos ingredientes que convergem nessa problemática: falha da polícia, na falta de investigação; dificuldade das testemunhas deporem; questões históricas e culturais de preconceito; inércia da população e do Estado; falta de compromisso das autoridades”, garante o promotor.

Enquanto não punir quem comete tais crimes se torna fator contribuinte para que eles continuem a acontecer, alguns dos problemas deles não serem elucidados estão atrelados ao preconceito que também existe nas raízes da sociedade: família e escola.

Raízes da sociedade, raízes do preconceito

Fator comum para o aumento da violência, apontado pelos dois lados da história - ativistas gays e polícia, é a falta de diálogo nos lares brasileiros. “A pior discriminação é a doméstica. É preciso aceitar a homossexualidade, por que se os próprios pais não respeitam seus filhos gays, quem vai respeitá-los? Eu vim de uma família de evangélicos e cheguei a apanhar, mas hoje conquistei respeito dentro de casa, a ponto de eu ser tratado como o chefe da família”, desabafa Givanildo de Lima.

Muitos homossexuais escondem sua orientação por medo da rejeição, e isso começa em casa. Por isso, eles passam a frequentar lugares mais discretos ou escondidos, procurando o anonimato. Cada vez mais evitam o diálogo e envolvem-se em relações acirradas, com pessoas desapropriadas e desconhecidas; muitas vezes, por ser a única opção. “Gay vivo não dorme com inimigo e nem pega AIDS⁴”, complementa Givanildo.

⁴ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

O fato é que, se houvesse diálogo, verdade e acolhimento, haveria, também, conhecimento e conselhos, naturais dos pais, e um direcionamento no sentido de levarem suas vidas normalmente. Em outras famílias, ocorre a percepção e a “confissão” da orientação sexual. A quem assim se afirma e impõe, da família só encontra o preconceito e a não aceitação. Alguns são expulsos de casa e expõem-se a diversos riscos.

Um estudo⁵ realizado, em 2008, pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Sfitung (FRLS), intitulado como “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais”, aponta que 72% dos pais brasileiros não gostariam que seu filho ou sua filha fosse ou virasse gay – no entanto, procurariam aceitar. O que chama atenção, é que outros 7% garantem que não aceitariam tal orientação sexual e expulsariam seu filho ou filha de casa.

Não reconhecendo a homossexualidade em vida, a família prejudica o crescimento humano, psicológico e tantos outros desenvolvimentos do ser. Negando-se a reconhecer em morte, a família prejudica as investigações.

A negação das famílias durante as apurações policiais deve-se a diversos fatores: a desestruturação de algumas é tão grande que elas não sabem a orientação sexual de alguns membros; em outras, ocorre simplesmente por não se tolerar tal fato, não se admite moralmente nem a título de informação.

Por esses e outros motivos, há casos antigos que nem sequer suspeitos existem. A família - que naturalmente seria a parte mais interessada em solucionar e buscar justiça - se torna fonte vaga de informações.

Em casa ou nas escolas, as piadas preconceituosas, as exclusões e até mesmo as agressões físicas têm influência direta na autoestima e rendimento escolar dos jovens. Um estudo elaborado em 2009 pela Universidade de São Paulo (USP) constatou que 87% da comunidade escolar têm algum tipo de preconceito contra homossexuais.

Para se chegar a essa conclusão, foram entrevistados quase 20 mil pessoas, entre alunos, pais, professores, diretores e servidores de 501 unidades de ensino de todo o país. Falta preparação do quadro de funcionários, principalmente de alguns professores, que deveriam, no mínimo, promover a socialização e interação entre os estudantes.

⁵ O estudo se baseia em 2.014 entrevistas em 105 estados brasileiros

BIBLIOTECA CENTRAL

A rejeição da família e da escola faz com que muitas pessoas saiam cedo de casa (por vontade própria ou decorrente de expulsão) e desistam dos estudos, tornando cada vez mais distante um futuro promissor e de sucesso.

E o preconceito não se concentra só nessas duas bases, a sociedade exclui e diminui oportunidades; um homossexual deveria trabalhar com mais segurança e dignidade, em diversos tipos de emprego, como qualquer outra pessoa.

A pesquisa da FPA e da FRLS (2008) afirma que a população acredita que o governo deve investir em ações para combater a homofobia no mercado de trabalho. 38% veem a parceria entre sindicatos, ONGs, empresários e governos, como forma de promover a qualificação de profissionais LGBT. Outros 3, apontam a necessidade de cursos de formação profissional para travestis. Já 17%, acreditam na organização e criação de cooperativas LGBT para geração de renda.

Contudo, principalmente as travestis, que desde cedo buscam ser afeminadas - característica muito excludente - posteriormente, por não aguentarem a pressão social, se prostituem para se sustentar. Elas vendem seu corpo, em grande parte, por ser a única alternativa de vida. Isso as torna ainda mais vulneráveis a qualquer tipo de violência.

Nildo Correia chama atenção para os altos índices de pessoas que abandonam a escola por causa do preconceito e afirma que o governo precisa agir com urgência. “É fundamental que se trabalhe o bullying⁶ escolar, para que os homossexuais consigam concluir seus estudos. A falta de escolaridade diminui as perspectivas de vida. Sem ela, quais as chances de se ter um bom emprego? Sem o básico educacional, como se fazer um curso profissionalizando ou superior? E como conseguir isso se há o bullying? Tais fatores estão ligados como numa cadeia alimentar, uma coisa depende da outra”, ressalta Nildo.

Outro ponto apontado pelos ativistas gays como contribuinte da impunidade é que, apesar de a sociedade se intitular moderna, ainda há sim preconceito por parte dos policiais. Esse é um fato lembrado sempre pelos membros do Grupo Gay de Alagoas (GGAL), e também reconhecido por alguns militares.

Novamente as travestis retratam bem isso, pois, têm muitas vezes sua figura ligada à promiscuidade - como se isso as fizesse deixar de ser seres humanos ou dignas de respeito e direitos, e que por maus tratos, desistem de procurar as delegacias. “A elucidação de muitos

⁶ Palavra sem tradução para o Português que se refere a um comportamento consciente de uma ou mais pessoas em detrimento de outra. Podendo expressar-se através de violências, ameaças, apelidos, exclusões, entre outros. Ocorre frequentemente nas escolas.

crimes não acontece porque a família não assume a homossexualidade de seu parente. Para completar, existe preconceito dentro da própria polícia. Quando se mata um gay, a polícia não dá a mínima atenção, é como se tivesse morrido um bandido”, declara Givanildo.

A discriminação policial faz, mais uma vez, com que os homossexuais sejam reféns do preconceito e fujam daquilo que deveria ser um alicerce no qual eles pudessem se apoiar: a segurança pública. As razões e efeitos se assemelham aos da educação escolar e convívio familiar. Longe da “esfera” gay, eles se tornam alvos de chacotas e sofrem muitas rejeições, acarretando no isolamento.

Alguns estados brasileiros, como Piauí e São Paulo adotaram a implantação de delegacias especializadas em crimes de intolerância. Já na Paraíba, há uma delegacia especializada em receber denúncias e investigar crimes contra homossexuais como alternativa para que as vozes silenciosas expressem o que sofrem, evitando o crescimento de tais delitos e diminuindo a impunidade dos mesmos.

O apoio da polícia significa a possibilidade de se descobrir os autores dos crimes, passando a responsabilidade para a justiça, que deve julgar, decretar prisões, entre outros que vão surpreender o culpado de fato. Mas, para que isso aconteça, é necessário todo um processo de reeducação, de aceitação e mudança cultural. Para que algo dê certo, é preciso interesse, vontade e união de todas as partes.

Novamente, o Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais apresenta cinco áreas as quais os brasileiros acreditam que os governos deveriam atuar para combater a homofobia no Brasil. São elas: Educação (30%), Saúde (23%), Mercado de Trabalho (17%), Justiça (11%) e Cultura (4%).

Para erradicar a homofobia, Luiz Mott acredita que são necessárias três medidas básicas. Que a polícia seja rigorosa na investigação dos crimes contra os homossexuais - qualquer tipo de crime que vai dos insultos aos assassinatos -, e a Justiça, severa em punir exemplarmente os criminosos. Além disso, afirma ser fundamental a educação sexual em todos os níveis, bem como, que a comunidade homossexual se mobilize para se assumir enquanto homossexual. “Os negros têm seus heróis e se assumem como negros. No entanto, 95% dos homossexuais são enrustidos dentro das suas gavetas. A comunidade LGBT tem que se assumir e gritar todas as vezes que for vítima de agressão: denuncie e vá à Justiça, porque é legal ser homossexual e a homossexualidade é um direito humano fundamental”, conclui Mott.

Flávio Gomes partilha do terceiro pensamento de Mott. O Promotor declara que falta homogeneidade, engajamento social e político do movimento e pede a união dos ativistas. Esse é o primeiro passo a ser seguido pela comunidade LGBT em sua opinião. “É necessário uma movimentação política, não partidária. É preciso reivindicar as mortes, o preconceito. O movimento, que é bonito e sério, precisa usar seu poder para cobrar da sociedade e dos políticos respeito”, diz Flávio.

Em certos momentos, falta compromisso do movimento. Exemplo disso aconteceu quando, em janeiro de 2011, no evento de *Visibilidade das Travestis*, Gomes solicitou das organizações e movimentos LGBT's uma lista dos crimes homofóbicos para que pudesse questionar das autoridades competentes o que estava sendo feito em cada caso, se não houvesse respostas positivas, ele cobraria ações. No entanto, até maio desse ano a lista não havia chegado às suas mãos.

2.2 Homofobia em Alagoas: casos chocam a população

Nada justifica um assassinato, principalmente quando é cometido por puro preconceito. Com um crescente número de homicídios de homossexuais, Alagoas tem alguns crimes que ganharam uma repercussão maior na mídia, porque além de serem crimes com muitos requintes de crueldade, as vítimas eram pessoas que por algum motivo tinham destaque diante da sociedade.

Uma tragédia mundial em Coqueiro Seco – O caso Renildo

O primeiro desses crimes teve repercussão internacional e aconteceu na cidade de Coqueiro Seco, onde o vereador eleito Renildo José dos Santos foi assassinado no dia 10 de março de 1993. Em 20 de janeiro de 1993, Renildo assumiu-se bissexual em algumas rádios, diante do ocorrido, dias depois, a Câmara Municipal suspendeu suas atividades por um prazo de trinta dias, alegando que ele estava praticando atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

Terminado o período de suspensão, Renildo não foi readmitido e teve que pleitear ordem do juiz para que pudesse reassumir. Sentindo-se ameaçado por seus inimigos políticos, enviou ofício à Secretária de Segurança Pública de Alagoas solicitando proteção de sua vida.

Além disso, líderes do movimento homossexual com intuito de ajudar Renildo, tentaram sua transferência para o sul do país, com a obtenção de asilo político.

Contudo, antes que houvesse êxito nessas providências, ele sofreu as duras consequências do preconceito homofóbico e da intolerância de uma sociedade diante do diferente. Na madrugada de 10 de março de 1993, Renildo foi arrancado de sua casa e sequestrado por quatro policiais e inimigos políticos. Levado para um local ermo, Renildo foi vítima de uma das mais cruéis sessões de tortura.

Após ser violentamente espancado, teve suas orelhas, nariz e língua decepados, as unhas arrancadas e depois cortados os dedos. Suas pernas foram quebradas. Ele foi castrado e teve o ânus empalado. Levou tiros nos dois olhos e ouvidos e, para dificultar o reconhecimento do cadáver, atearam fogo em seu corpo e degolaram-no. O corpo foi encontrado no dia 16 de março. A cabeça, separada, estava boiando num rio.

Treze anos mais tarde, aconteceu o julgamento do crime. Nele foram considerados culpados o fazendeiro José Renato Oliveira e Silva, o militar Luiz Marcelo Falcão (hoje capitão da PM) e o ex-militar Paulo Jorge de Lima.

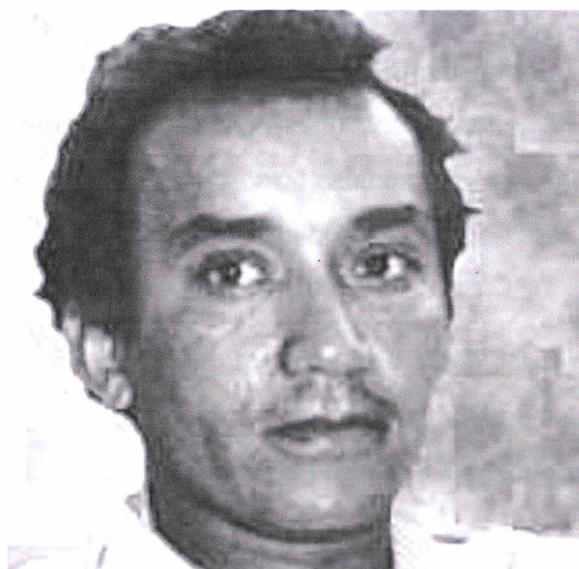


Figura 2. 5 - Renildo José dos Santos - Foto: GGB.

Em homenagem a Renildo, foi instituído, em março de 2001, pelo GGAL em parceria com o Fórum Permanente Contra a Violência e a Articulação de Jovens de Alagoas, o Prêmio Renildo José dos Santos de Direitos Humanos, que tem por objetivo agraciar várias personalidades destaques na luta pela preservação dos direitos humanos.

Crime contra o Celibato – O assassinato do Padre de Murici



Figura 2. 6 - Padre Hidalberto Guimarães - Foto: Gazetaweb.

Outro caso que chamou a atenção da sociedade alagoana foi o assassinato do padre Hidalberto Henrique Guimarães, pároco da Igreja Nossa Senhora das Graças, em Murici, cidade distante 48 quilômetros da capital do estado. O corpo de Hidalberto foi encontrado em sua casa, no bairro do Tabuleiro do Martins, com facadas e golpes a pauladas.

Dois jovens, um menor de idade e outro com 19 anos, foram presos acusados de terem praticado o crime. De acordo com o depoimento dos suspeitos, eles estariam em um bar e foram convidados pelo religioso para ir a outro estabelecimento, após deixarem esse segundo local, eles teriam seguido para a casa do padre, passando antes num supermercado para comprar bebidas alcoólicas e aperitivos.

Segundo o menor J.A.C.S., de 16 anos, ele teria bebido bastante, dormido e só acordado com a discussão e briga corporal entre o outro jovem, Rafael Timóteo da Silva, de 19 anos, e o religioso. Ele contou ainda que o padre já havia sido esfaqueado e ele chegou a dar várias pauladas na cabeça da vítima.

A versão de Rafael é de que, depois de beberem cerveja, o padre lhe teria oferecido R\$ 15 para que ele fizesse um programa. Daí teria havido discussão, seguida de luta corporal e do assassinato. Antes de deixarem a cena do crime, os dois rapazes furtaram um aparelho DVD e um tênis pertencentes ao padre, em seguida, os dois teriam ido para casa, no bairro de Ponta Grossa, em um ônibus.

De acordo com a necropsia, no corpo do padre havia cerca de 20 golpes de arma branca, além de vários hematomas, que podem ter sido ocasionados por briga corporal ou

tortura. Além das facadas e pauladas, os assassinos ainda teriam tentado degolar a vítima. A brutalidade choca ainda mais.

Ganhador do Miss Gay é morto logo após premiação



Figura 2. 7 - Miss Gay Arapiraca - Fonte: G1.

Jovem de 19 anos, Osvan residia na cidade de Arapiraca, a 150 km de Maceió, e na noite do dia 15 de setembro de 2007, ganhou o título de Miss Gay Arapiraca, concurso ocorrido no Bar Flamenguinho, no povoado de Batingas. Após o evento, Osvan deveria voltar para a casa de um amigo, onde ele e outros rapazes estavam hospedados, mas não o fez; os amigos estranharam sua falta, mas achando que ele teria saído com alguém, não se preocuparam.

Na manhã do dia 16, os amigos receberam a notícia de que um corpo havia sido encontrado num local deserto. Após seu reconhecimento, ele foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML), que expediu o laudo cadavérico onde estava constatado que Osvan tinha sido violentado sexualmente e espancado até a morte - antes de morrer, ele sofreu traumatismo craniano -, além disso, constatou também que havia ferimentos em seu órgão genital.

Principalmente esses últimos ferimentos, e as condições em que o corpo foi encontrado - totalmente despido -, levam a crer que ele tenha sido vítima de discriminação, ou seja, que ele tenha sido morto por homofobia.

De acordo com testemunhas, Osvan foi abordado por dois homens, no momento em que saía do Bar Flamenguinho, mas ninguém sabia a identidade deles. Na época, ativistas do Grupo Gay de Arapiraca encaminharam um ofício ao delegado do município, Cícero Torres, cobrando providências em relação ao caso.

O integrante do grupo Sohmos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros), da cidade de Arapiraca, Claudenir Martins, afirma que, segundo o delegado, Cícero Torres, o caso de Osvan foi tratado como crime comum e engavetado.

Modelo mata designer – A morte de Flavius Lessa

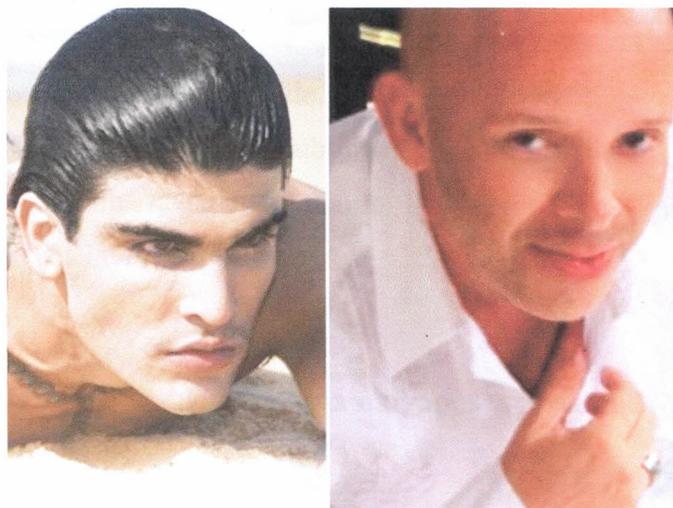


Figura 2. 8 - Fred Safadi e Flavius Lessa - Fonte: Cada Minuto.

Um dos mais recentes casos que chocou a sociedade alagoana foi o assassinato do designer Flavius Durval Lessa Braga, de 47 anos, em 04 de março de 2011. Encontrado dentro de seu carro, nas proximidades da fábrica da Coca-Cola, no bairro do Benedito Bentes, o corpo apresentava um corte no pescoço.

As primeiras indicações seriam de que ele teria sofrido um golpe de faca, mas posteriormente - quando o modelo Frederico Safadi, 19, assumiu a autoria do crime - constatou-se que o golpe foi deferido com uma lata de refrigerante.

Fred Safadi, como era conhecido no mundo da moda, contava com a produção artística de Flavius, e estava em constante ascensão nesse meio. Além da relação profissional, os dois mantinham um relacionamento amoroso e o crime, segundo informações do advogado de Fred, teria sido motivado pelo fato da vítima querer divulgar o relacionamento, caso Fred tentasse terminá-lo, bem como, arruinar sua carreira.

No dia do crime, Fred contou com a ajuda do filho de seu padrasto. O menor teria asfixiado a vítima, usando o cinto de segurança do veículo, enquanto Frederico desferia nela um corte com uma lata de refrigerante amassada. O réu confesso, que teve a prisão decretada poucos dias depois do assassinato, encontra-se preso até hoje; já o menor, foi encaminhado ao juizado da infância.

Além desses quatro casos emblemáticos, existem outros que também chocam a sociedade não apenas pelos requintes de crueldade com que são cometidos, mas por suas vítimas serem conhecidas, o que mostra à sociedade que isso não é algo que está distante da realidade alagoana.

Contudo, parte dos casos que acontecem com pessoas de alguma notoriedade, muitas vezes não entra nas estatísticas de crimes homofóbicos, isso porque as vítimas não tinham assumido sua orientação sexual publicamente e os familiares, mesmo sabendo de sua homossexualidade, acabam negando-a diante das autoridades responsáveis pelo caso, prejudicando o rumo das investigações.

2.3 Perversidade: vítimas da homofobia narram seus traumas

O ato de violência deixa marcas que não se apagam, e sua principal cicatriz é o medo, que intimida as vítimas, tornando-as prisioneiras do receio da covardia. Independente de serem verbais ou físicas, as agressões causam constrangimento moral e atinge a ambos os sexos. É por isso que muitas vezes as vozes se calam e os casos não são registrados.

Assim como em outros tipos de violência, tornar público permite que outras pessoas tomem a coragem de fazer o mesmo e não aceitem a reincidência. O grito dói aos ouvidos de quem ouve devido a maldade, mas é necessário pelo alerta de que algo precisa ser feito.

Confira o depoimento de algumas vítimas alagoanas desse ato injustificável.

Barbárie em Marechal enterra jovem vivo



Figura 2. 9 - Dona Josefa Barbosa.

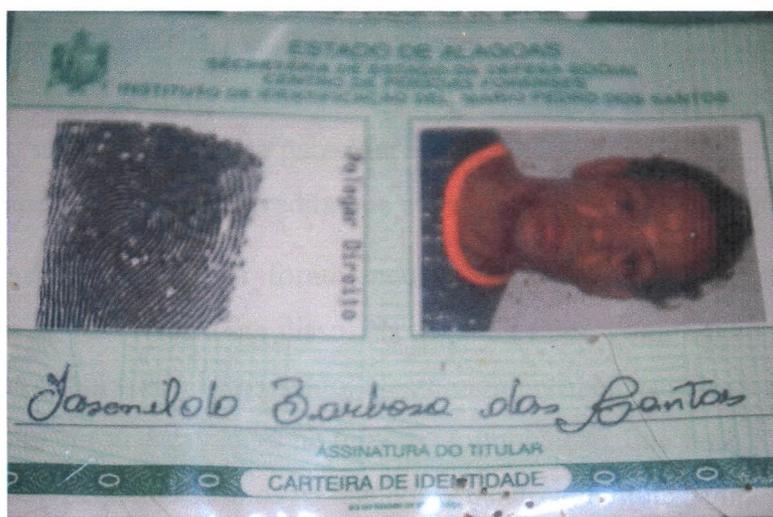


Figura 2. 10 - Josenildo Barbosa, enterrado vivo.

Fugindo à ordem natural das coisas e sentindo a dor que uma mãe jamais espera e quer sentir, Dona Josefa Vieira teve seu filho, Josenildo Barbosa, brutalmente assassinado aos 27 anos, em maio de 2010. A vítima saiu de sua residência numa quinta-feira, dizendo apenas que teria um “encontro”.

“Meu filho sempre saía, eu nunca me incomodei, mas nesse dia não me senti bem e pedi que ele não fosse. Porém, ele me respondeu que voltaria logo, a tempo de jantarmos juntos, como fazíamos todas as noites, e saiu muito feliz de casa”, declara Dona Josefa. Às 22h, ele foi visto na companhia de um rapaz indo a um local mais afastado da cidade.

Passada a noite, Nildo, como era chamado, não havia voltado para casa. Porém, seu acompanhante foi visto na cidade na sexta-feira. Um irmão de Nildo procurou o rapaz e perguntou seu paradeiro, mas, esse disse apenas que o desaparecido havia saído de carro com outros homens; isso deixou Dona Josefa desconfiada de que seu filho teria sido assassinado.

No final da tarde do mesmo dia, ela resolveu ir à delegacia fazer um boletim de ocorrência do desaparecimento. “Esperava que a polícia fizesse buscas, mas ela afirmou que sem corpo ou outros indícios, nada poderia ser feito”, afirma inconformada a mãe de Josenildo.

Na manhã de sábado, Dona Josefa, familiares e amigos resolveram procurar o corpo de Nildo por conta própria, procuraram no rio e nos matagais, sem sucesso. Então, no sábado à noite, os envolvidos na busca, cada vez mais aflitos, decidiram procurar o suspeito. Contudo, vendo a revolta do povo, algumas pessoas impediram tal aproximação; tempo suficiente para a chegada da Polícia Civil, que dispersou a movimentação. As buscas não cessaram.

O suspeito foi levado a Maceió para prestar depoimento e ficou detido na Central de Polícia. A intenção era que ele permanecesse ali até a segunda-feira (31 de maio), mas, no domingo, ele foi mandado de volta para Marechal, sendo liberado em seguida. Logo depois, ele fugiu da cidade. Dona Josefa acredita que ele tenha recebido ajuda para a fuga.

Na tarde desse mesmo dia, foram encontradas manchas de sangue na fazenda onde o suspeito trabalhava, mas nada além disso. Na segunda-feira, voltaram ao local e encontraram as roupas com as quais Nildo havia saído. Nesse momento, eles procuraram a Polícia Militar, que permitiu e assegurou escavações no terreno. A população, que fazia buscas desde a sexta-feira, se dividiu em pequenos grupos na fazenda; quando num deles, uma garota observou que não havia capim em determinado local. Então, um rapaz que a acompanhava começou a escavar com suas próprias mãos, achando o corpo de Nildo.

“Vivo. Meu filho foi enterrado vivo. Seu corpo mostrava que ele havia se mexido já embaixo da terra. Ele tinha várias perfurações de faca, estava nu e coberto por um plástico. Seu rosto, além de inchado, tinha expressões de quem havia feito muita força. Ele lutou muito para sair de baixo da terra”, desabafa emocionada.

Dona Josefa conta ainda que a polícia não deu apoio algum, e que, inclusive, na época, ao dar entrevistas para algumas emissoras de televisão, ela afirmou isso. “O único momento

em que a polícia se fez presente foi para liberar as escavações na fazenda e, mesmo assim, foi a Polícia Militar”, fala.

Mesmo depois do corpo de seu filho ter sido encontrado, não houve qualquer tipo de investigação, busca ou mandado de prisão para o acusado. Para Dona Josefa, não foi apenas um assassino, já que seu filho teria força suficiente para lutar com um homem; ela acredita na participação de outras pessoas no crime.

Nildo tinha sua homossexualidade assumida à sociedade e família e sua mãe afirma sempre ter convivido bem com isso; diz que, desde os seis anos, Nildo gostava de se vestir com as roupas da irmã e que isso nunca foi um problema para ela. Algumas vezes foi para seus irmãos, que, preconceituosos, chegaram a agredi-lo com palavras.

O que chocou a todos foi, não somente a brutalidade com que o crime foi cometido, mas por Nildo sempre ter sido uma boa pessoa, bom cidadão e respeitar a todos. É tanto que a comoção e mobilização por sua busca foi intensa. Todos na cidade têm boas referências sobre o jovem que morreu por ser homossexual.

Dona Josefa acredita que se a Delegacia das Minorias existisse na época do crime de Nildo, as coisas teriam sido diferentes. Mas hoje, desacreditada, ela não tem esperanças do caso ser resolvido. Se por acaso o assassino de seu filho fosse preso, pouco tempo depois seria solto, é o que pensa.

A violência faz vítima refém do medo

Aqui será retratada a violência sofrida por um personagem que prefere não ter sua identidade revelada. Serão utilizadas as iniciais A.G.L., fictícias, em sua referência.

Há cerca de dois anos, o vendedor de um interior de Alagoas, A.G.L., foi a pedido da irmã, dona da loja na qual ele trabalha, fazer uma cobrança. Quando estava passando num local pouco iluminado, quatro homens se aproximaram e pediram-lhe um real (R\$1), ele disse que não tinha e continuou andando. Então, os quatro homens começaram a batê-lo aos gritos: “É veado, é veado!”, chegando a rasgar sua roupa. Ele conseguiu escapar sem grandes traumas físicos, mas abalado psicologicamente.

Em outro dia, sua irmã lhe pediu para que fizesse mais uma cobrança, dessa vez, perto da casa de um dos agressores. A.G.L. foi e não viu quando esse homem se aproximou, apenas quando foi abordado pelo mesmo que perguntou-lhe para onde ia. A.G.L. não respondeu e

segiu em frente. Então levou um soco no olho e desmaiou. Ao acordar, A.G.L. já estava no hospital, com dez pontos na boca, um dente quebrado, um tímpano estourado, derrame no olho, a cabeça inchada e muitas dores.

“A primeira agressão não foi tão forte, mas a segunda, tinha a intenção de matar mesmo. Quem viu a cena disse que mesmo depois de me deixar desacordado, ele pedia e procurava uma faca para me matar. Se ele tivesse encontrado, eu não estaria aqui, estaria morto”, declara.

É necessário frisar que nenhum dos agressores tinha a menor ligação com as cobranças. Não foi vingança, foi homofobia. Além disso, a vítima garante que nunca havia tido contato com eles, apenas os conhecia “de vista”. “Muita gente pensa e diz ‘ah, ele é gay, deve ter dado em cima de um dos caras ou já ter saído com eles’, mas não foi isso o que aconteceu”, afirma.

Mesmo tendo ficado uma noite no hospital e vários dias em casa de repouso, a vítima foi à polícia e fez exames de corpo de delito. A polícia tentou encontrar os acusados, mas eles fugiram. Depois disso, nada foi feito. Inclusive, duas semanas após a segunda agressão, um deles passava na frente da residência de A.G.L. como se nada tivesse acontecido. Um dos outros agressores deixou a cidade logo depois e nunca mais voltou.

O agressor, que quase matou A.G.L., foi assassinado pouco tempo depois, ninguém sabe o motivo, mas ele era conhecido como violento pelos moradores do município. A família de A.G.L. faz questão de ratificar que não tem qualquer relação com sua morte, que jamais faria justiça dessa forma e que não é de se vingar.

“Foram as primeiras e únicas agressões físicas que sofri, mas, suficientes para me deixar bastante traumatizado. Hoje eu evito sair de casa, principalmente sozinho. Tenho medo que isso se repita”, fala.

“Antes disso e até hoje, nós gays ouvimos muitas chacotas, piadas, mas a gente se acostuma e acha melhor não entrar em choque”, conclui. A.G.L. também sofreu preconceito na escola, mas diz que isso não prejudicou seu rendimento como aluno, apenas o chateava.

O medo é tanto que A.G.L. não quer seu nome nem imagem impressa ou estampada em qualquer veículo de comunicação. Ele prefere não se expor e nem levantar esse assunto mais uma vez à família de seu agressor - que ele nem sequer cita o nome.

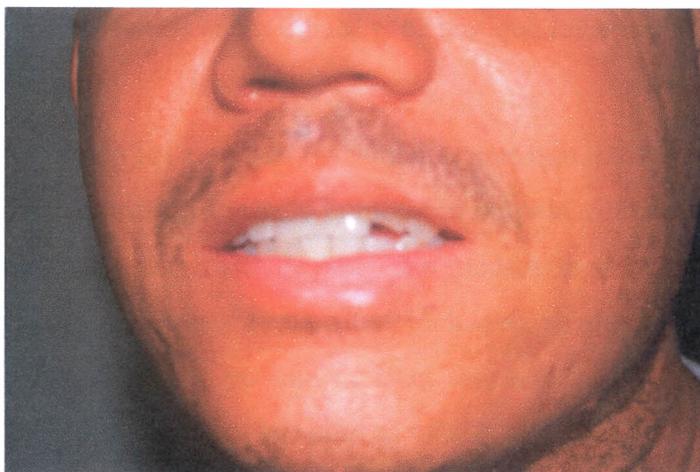


Figura 2. 11 - A.G.L. mostra as cicatrizes deixadas pela violência.

Amedrontado, líder religioso se afasta do universo LGBT

O líder da casa religiosa de Matriz Africana da Grota do Arroz, que trabalha com o público homossexual afro descendente, relata que já sofreu diversas agressões. Não há limites aos preconceituosos, no entanto, eles limitam suas vítimas, seja no espaço geográfico ou psicológico.

Everaldo Geraldo de Melo, o Doté Elias, estava num bar não LGBT com seu companheiro quando chegou uma pessoa embriagada derramando o que tinha em seu copo nos dois e dizendo: “Eu tenho nojo! Sua espécie veio para contaminar e acabar com a humanidade”.

O casal não revidou, pois acredita não ser necessário, ainda mais quando se trata de alguém alcoolizado. Eles chamaram um funcionário do bar, declarando o constrangimento. “A vontade do meu parceiro era sair do local, mas nós não estávamos errados. Alguns outros clientes do bar nos foram solidários e também chamaram a polícia, que levou o agressor”, relata.

Outro episódio aconteceu perto de sua casa. Havia um grupo de protestantes fervorosos orando, quando Doté Elias passou em frente, percebendo sua presença, um dos ‘irmãos’ mudou o foco de sua oração e gritou “o homossexualismo é uma coisa abominada por Deus” e tantas outras coisas ofensivas e direcionadas a ele.

“Passei, simplesmente. Outro dia, quando o encontrei e ele estava mais calmo, o adverti dizendo que se isso se repetisse, ele receberia em casa uma intimação do Ministério Público pela prática de discriminação. Acontece que as pessoas confundem as leis espirituais

com as humanas, se eu não sou da sua religião, você tem que levar em consideração apenas as leis humanas”, diz.

Felizmente, ele nunca foi agredido fisicamente, mas isso não o deixa tranquilo. Afirma viver no medo e andar assustado, seja pela homofobia ou pela violência e falta de segurança de modo geral. Everaldo se diz frustrado por esse medo que o limita e o prende em sua comunidade, espaço religioso e casa; e que o fez, inclusive, se afastar do movimento, noite e universo LGBT. “Isolo-me porque eu saia de casa sem saber se voltaria. Hoje as pessoas querem fazer a justiça de suas próprias leis com as mãos”, conclui.



Figura 2. 12 - Doté Elias - Fonte: Alagoas em Tempo.

O preconceito que demite

O Presidente da Associação de Gays e Lésbicas da Barra de Santo Antônio, além de sofrer agressões em casa, inclusive ter apanhado da família, foi demitido em 1992 do colégio em que trabalhava sem nenhuma causa aparente. “Hoje eu entendo que foi por causa da minha orientação sexual”, afirma Gygy.

Lojista troca sapatos de Drag Queen⁷ por preconceito

Ele é Presidente do Grupo Gay do Benedito Bentes e tem muitas histórias para contar. Há alguns anos, ao passar em frente a uma loja de móveis e eletro eletrônicos de grande porte,

⁷ Homem que veste-se exageradamente com roupas femininas, geralmente para representações artísticas, mas sem esconder que é do sexo masculino.

quando estava indo ao GGAL, Manuel Estevão Barbosa Neto, 42, foi desrespeitado por alguns funcionários.

Apesar dos gritos e xingamentos, ele não reagiu naquele instante; continuou indo ao seu destino, onde pegou duas caixas do livreto “Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual” e voltou à loja. Ao chegar lá percebeu que alguns funcionários temiam um escândalo. Contudo, Manuel pediu apenas que chamassem a gerente. Os vendedores, por sua vez, disseram que ela não se encontrava, e Manuel decidiu esperá-la.

Algum tempo depois, a gerente chegou e a vítima relatou a situação ocorrida, dizendo que não admitia a falta de respeito por seus funcionários, pois é uma pessoa como outra qualquer, um trabalhador como todos eles. Manuel solicitou que ela distribuísse os livros entre os mesmos, afirmando que se ela não o fizesse, entraria com um processo judicial ou faria uma denúncia na mídia contra a loja. “A gerente me pediu desculpas e, sem nenhuma objeção, se prontificou fazer a distribuição. Depois disso, nunca mais os funcionários daquela loja me desrespeitaram”, conta.

Tempos depois, Manuel voltou a ser agredido por funcionários de uma outra loja, desta vez, de sapatos. Ele, que é *dreg queen*, foi comprar um sapato feminino, de salto alto. Como de costume, escolheu, provou, pagou e foi para casa. Contudo, no momento de se arrumar para a festa, quando pegou os sapatos ainda embalados, percebeu que colocaram os dois pés esquerdos. Era um sábado à noite, não havia o que ser feito, ele não poderia trocar naquele instante, então, calçou outro par e esperou a segunda-feira para fazer a permuta.

“Na segunda fui até a loja e mostrei os sapatos ao gerente, ele disse: ‘É, vocês veados são assim mesmo, comprem o sapato sábado de tardezinha, calçam e depois querem trocar’, diante do que disse, e se negando trocá-los, eu afirmei que iria procurar meus direitos e ele respondeu: ‘procure, mas não vai dar em nada’”, descreve.

Manuel saiu e foi ao PROCON. Dois anos mais tarde, ganhou R\$5 mil com a ação. Depois de ter saído o resultado, voltou à loja acompanhado de uma representante do órgão, para que o gerente efetuasse o pagamento. No entanto, o responsável pela loja afirmou só poder pagar parceladamente. “Não aceitei, questionando-o: ‘você me chamou de veado de forma parcelada? Não! Então eu quero meu dinheiro de uma vez só’. Ele teve que dar tudo no dia marcado. Foi bom porque ele deve ter aprendido a nunca mais discriminar alguém”, relata.

Manuel é conhecedor de seus direitos e não sofre calado. É assim que ele acredita que algo pode mudar. “As pessoas têm medo de abrir a boca e denunciar essas agressões verbais, tem gente que deixa para lá, o que é pior, pois assim o preconceito nunca acabará”, afirma.

Famílias “preferem” morte à homossexualidade

A Presidente do Dandara - movimento de lésbicas, fundado dentro do Movimento do Axé -, Maria José da Silva Santos, 33, tem se deparado desde muito cedo com situações constrangedoras e ofensivas. Ela, que afirma ter se descoberto lésbica aos oito anos, sofreu as primeiras rejeições em casa, pelo seu pai, que, com valores tradicionais, nunca aceitou sua orientação sexual.

Maria passou um tempo desempregada, e afirma que, parte disso, deve-se ao preconceito dos empregadores. Seu pai sempre cobrou que ela ajudasse no sustento da família. Certo dia, ao chegar em casa depois de ter bebido um pouco, ele estava à sua espera e iniciou uma discussão, afirmando que a filha não trabalhava e só chegava tarde, estando constantemente em farras. “Não aceitei, pois ainda eram 23 horas e eu procurava emprego, mas não estava sendo fácil. Então, ele me disse: ‘Se eu soubesse que você nasceria sapatão, preferia que você tivesse nascido morta’”, conta.

Maria garante ter sido um dos piores momentos de sua vida, principalmente por ter vindo de seu pai. Mais tarde, ela viria a contar sua história nos palcos, quando transformou seu sofrimento em peça, com a metodologia do Teatro do Oprimido, se apresentando na Paraíba.

Apesar dos confrontos com seu pai, Maria ressalta que assumir o que sentia e vivia à sua mãe foi mais fácil do que ela pensava. “Quando eu disse que tinha algo que já não aguentava mais esconder dela, minha mãe afirmou que já sabia do que se tratava, pedindo apenas que eu não levasse nenhuma companheira para casa por causa do meu pai”, diz.

Sobre emprego, ela desabafa que, certa vez, quando tinha 16 anos, ao se candidatar a uma vaga numa loja do maior shopping de Maceió, foi descartada sem discriminação. Para a entrevista, marcada às 10 horas, havia uma grande fila, e como ela mesma relata, repleta de moças lindas e brancas. Maria afirma que chegou às 9h30 no local, tomando seu lugar na espera. Às 10h15, na sua vez, o responsável pelas entrevistas a informou que o cadastro havia encerrado.

Maria questionou o porquê de estar acabando, já que tinha chegado bem antes do horário e não havia quase ninguém. Ele respondeu que, infelizmente, estava sendo orientado a finalizar as entrevistas. Sem ter muito que fazer, ela se retirou da loja.

Contudo, pouco tempo depois, viu duas meninas entrando na loja, diretamente para o local onde estavam sendo feitas as entrevistas; ela resolveu voltar e perguntar ao rapaz porque as entrevistas que estavam encerradas estavam sendo retomadas. Não houve respostas. A verdade é que ele não sabia fundamentar o que acabara de fazer, então Maria questionou se tratar de é preconceito racial, sexual ou social. Mais uma vez, ele não soube o que dizer.

“No momento, passava seu chefe e eu quis falar com ele, que, muito grosseiro, indagou o que eu queria. Eu expliquei o que acaba de ocorrer. Porém, na frente de todos os presentes ele disse: ‘olhe, moça, infelizmente na minha empresa, sapatão não trabalha’; sem ter como reagir diante de tamanho absurdo, fiquei paralisada. Para piorar, o gerente me perguntou o que eu ainda queria lá, o porquê de eu estar parada e pediu para que eu me retirasse da loja dele”, relata.

A situação foi tão constrangedora e traumática que Maria só voltou àquele shopping dois anos mais tarde. Por muito tempo, Maria sofreu calada, tendo coragem apenas de retratar os insultos no teatro. Ela não recorria aos seus direitos e não denunciava as agressões, por medo. Medo do desconhecido, ela não tinha noção do que a esperava e acreditava que poderia sofrer preconceito da própria polícia.

Hoje, mais esclarecida, tem noção do que deve ser feito, de que é fundamental as pessoas denunciarem. É por isso que, dentro do Dandara, todas as mulheres são orientadas a denunciar aqueles que de alguma forma lhe discriminaram.

Mesmo com coragem para denunciar, Maria procura ser cautelosa. Hoje ela namora uma mulher de apenas dezenove anos, o que representam catorze anos de diferença. A jovem tem sua orientação sexual assumida em casa, contudo, não aceita pela família, devido à religiosidade. “O preconceito é tanto que eu já fui ameaçada de morte por pessoas de sua família. De forma cautelosa, nos afastamos por um tempo e evitamos confrontá-los”, afirma.

2.4 Homofobia: com palavra a legislação e as autoridades

Não existe Lei brasileira que reprove qualquer pessoa por sua orientação sexual. Nem a Constituição Federal e nem o Código Penal condenam a homossexualidade nem sua prática, desde que as pessoas sejam maiores de idade e seja de consentimento mútuo. Já o preconceito e opressão são proibidos pelas leis do Brasil.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 afirma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Já os incisos III e X do mesmo artigo, afirmam que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” e que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo material ou moral decorrente da sua violação”.

Apesar de não tratar diretamente da questão da homossexualidade, a Constituição, que é a Carta Magna, Lei maior do Brasil, garante a qualquer um a liberdade de escolha, inclusive no que diz respeito à sexualidade. Além disso, abomina a intolerância e o preconceito.

De acordo com a pesquisa da FPA e da FRLS, 43% dos brasileiros afirmam reconhecer que os direitos previstos pela constituição não são respeitados quando se refere à comunidade LGBT.

A carência de Leis Específicas deixa vítimas sem proteção

De concreto, só existem leis específicas prevendo punições à prática da discriminação de pessoas por sua orientação sexual a estabelecimentos comerciais, indústrias e repartições públicas municipais que a fizerem. Maceió, a exemplo disso, em 2009, por meio do Decreto nº 7034/09 regulamentou a Lei nº 4667/97, que estabelece sanções às práticas discriminatórias a livre orientação sexual.

A Lei entende por discriminação a imposição de “constrangimento; Proibição de ingresso ou permanência; Atendimento selecionado; Preterimento quando da ocupação a/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos hotéis e similares; Aluguel ou aquisição de imóveis para fins residenciais, comércio ou lazer”.

Os estabelecimentos privados que contrariem essas disposições, terão as seguintes sanções aplicadas de forma progressiva: “Advertência; Multa mínima de sessenta (60) Unidades Fiscais de Referência (UFR’s) e máxima de cem (100) UFR’s no caso de reincidência, que serão revertidas em benefício do Fundo Municipal de Assistência Social; Suspensão de seu funcionamento por trinta (30) dias; Cassação de Alvará”.

O agente do Poder Público (servidores descritos na Lei Orgânica do Município) que praticar discriminação terá as seguintes sanções aplicadas: “Advertência; Suspensão; Afastamento definitivo ou demissão”.

Criminalização da homofobia

Por enquanto, parece que a garantia de liberdade de escolha prevista na Constituição Federal não tem assegurado nada, é por isso que Iara Bernardi apresentou em 2001, quando era deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, um Projeto que visa criminalizar a homofobia em todo o território nacional.

O Projeto tramita com intenção de alterar a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 – a qual define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; dar nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.248, de 07 de dezembro de 1940, do Código Penal; e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio e 1943; entre outras providências. Inserindo nas leis citadas os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”.

Sendo aprovado na Câmara em 23 de novembro de 2006, o Projeto foi encaminhado ao Senado, onde recebeu o número PLC 122/2006 e teve a senadora Fátima Cleide do PT de Rondônia designada como relatora na Comissão de Direitos Humanos. Em 07 de fevereiro de 2007, a Senadora Fátima apresentou voto a favor da aprovação do projeto.

Contudo, cerca de um mês depois, em 15 de março de 2007, quando a proposição já estava pronta para pauta, ela pediu sua retirada para que a matéria fosse reexaminada. Com o final da legislatura da Senadora Fátima Cleide, no final de 2010, o PCL 122/2006 foi arquivado.

A Senadora paulista Marta Suplicy apresentou, no dia 03 de fevereiro de 2011, à Mesa Diretora 27 assinaturas de senadores e requisitou o desarquivamento do PLC, sendo esse conseguido no dia 08 do mesmo mês. Após o desarquivamento, a matéria foi enviada à

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde o seu presidente, Senador Paulo Paim, designou a Senadora Marta Suplicy como relatora.

Tornando-se relatora, Marta Suplicy fez alterações no texto, destacando-se a proposta religiosa. Nela, aqueles que se utilizassem de discurso religioso para agredir ou discriminar a homossexualidade, através de pregações contra a orientação sexual condenada pela Bíblia, não sofreriam punições da Lei.

No entanto, durante o IX Seminário LGBT, realizado em maio de 2012, em Brasília, ficou decidido que o texto será votado em sua versão original. Entretanto, a votação só acontecerá em 2013.

O PLC 122/2006 divide as opiniões dos brasileiros. Ativistas homossexuais e simpatizantes defendem sua aprovação e esperam ansiosos por isso, enquanto religiosos e conservadores acham que, se tornando lei, irá de encontro aos bons costumes da sociedade e, principalmente, aos preceitos religiosos, por isso, defendem sua reprovação. Decerto, assegurar a igualdade de todos é uma tarefa difícil, pois num mundo cheio de valores e condutas diferentes, o alcance dessa isonomia trará desconforto e até incompreensão a quem tiver de ceder espaço para que outrem tenha mais direitos.

O promotor Flávio Gomes faz parte do grupo que torce pela aprovação do PLC 122/06, mas não acredita na mesma. “O Congresso Nacional é reflexo da sociedade, é formado pelo povo e, infelizmente, há muita discriminação na população. O que agrava a situação é o fato das pessoas não entenderem o que ele propõe, o preconceito cega. Por isso, não acredito na sua aprovação, pelo menos, não agora”, declara.



Figura 2. 13 - Flávio Gomes - Fonte: Cada Minuto.

Nildo Correia afirma que acreditava na aprovação do PLC 122/2006 até o dia 25 de maio de 2011, quando a Presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição do *Kit Contra Homofobia*.

O material didático foi desenvolvido por diversas entidades não governamentais, com a supervisão do Ministério da Educação (MEC) e seria disseminado nas escolas da rede pública. Ele continha cartilha, cartazes, folders e cinco vídeos educativos; sob a proposta de amenizar a hostilidade do ambiente escolar em relação aos homossexuais.

O veto aconteceu por pressão da bancada, que considerou o material muito agressivo e inadequado para o público, além de ser incentivador da homossexualidade. O que os ativistas cobram é a Presidente seja clara em suas explicações, além disso, a comunidade LGBT questiona o porquê de uma nova proposta do kit não ter sido apresentada.

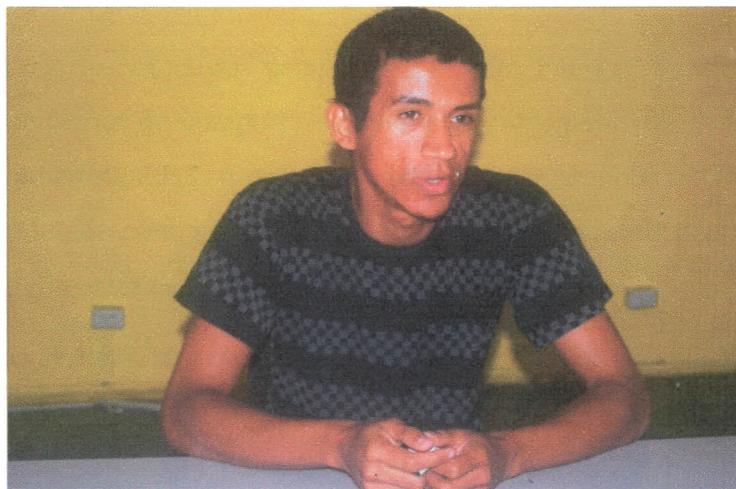


Figura 2. 14 - Nildo Correia.

“Eu tinha esperanças de que o PLC fosse votado até o final do ano, mas essa notícia abala qualquer expectativa, que é adiada por mais cinco ou dez anos. Tenho certeza de que se for deixado para os parlamentares decidirem, ele não será aprovado, pois são os mesmos que influenciaram e pressionaram a Presidente a vetar o Kit, o Projeto novamente prescreverá e será engavetado. É necessário que o Supremo Tribunal Federal intervenha, assim como fez no caso da União Estável de casais de mesmo sexo”, afirma.

Outra proposta educativa voltada para o público LGBT foi vetada. A Campanha do Carnaval 2012 contra a AIDS, desenvolvida pelo Ministério da Saúde e com o fito de incentivar o uso de camisinhas aos casais homoafetivos, inspirava-se no slogan “Na empolgação pode rolar de tudo. Só não rola sem camisinha. Tenha sempre a sua”. A

campanha seria composta por comerciais, anúncios e material promocional, entretanto, teve seu material retirado da internet e sua veiculação cancelada na TV aberta.

Flávio Gomes é categórico ao afirmar que o Congresso e a Presidente deveriam se preocupar com questões mais sérias e importantes a serem tratadas. “Ao invés de vetarem projetos educativos, deveriam fortalecer a Justiça, classificando os crimes como ainda mais hediondos e punindo aqueles que os cometeram de forma mais severa”, diz.

Nildo enfatiza ainda que se o PLC for aprovado, atingirá diretamente o conservadorismo parlamentar. “Se tornando Lei, os parlamentares terão que reprimir sua intolerância. A maioria evangélica e católica impede que o país avance, pois ela quer dirigir o Brasil através da Bíblia, quando nós temos uma Constituição. Pela Bíblia, além de ferir àqueles que são de outras religiões não cristãs, o Estado, que deveria ser laico, massacra as mulheres divorciadas e homossexuais. De forma invisível, vivemos uma inquisição”, desabafa.

Apesar de alguns dos objetivos centrais do Projeto Federal *Brasil sem Homofobia* serem a educação e a mudança do comportamento dos gestores públicos, o desabafo de Nildo tem fundamento. Em junho de 2011, o pastor evangélico e parlamentar da Frente da Família, Magno Malta, que tem lutado contra a aprovação do PLC 122 desde sua primeira proposta em 2006, prometeu deixar o senado caso ele seja aprovado.

Outros ativistas se mantêm esperançosos, mas clamam pela urgência. “É preciso que isso saia do papel, deixe de se tornar apenas projeto e entre na prática urgentemente”, declara Márcio Henrique da Silva Santos, 24, Miss Gay Marechal Deodoro 2009.

Maria José da Silva Santos acredita na adesão do PLC 122/2006, mas não agora. “Já conseguimos a admissão da união estável entre homossexuais, então eu creio na aprovação do Projeto de Lei. Contudo, no futuro, quando for vencido o preconceito de parlamentares que são muito conservadores”, afirma.

Rafael Gomes acha que, mesmo que seja aprovado, o PLC só surtirá efeito se houver muita divulgação e informações passadas para as pessoas, pelos principais meios de se chegar até elas: mídia e escola.

O delegado Aides Ponciano também acredita em políticas educacionais. Porém, não só como divulgação do PLC. “Não é só questão de punir, de reprimir, porque quanto a isso o Código Penal já prevê punição para calúnia, injúria, difamação. Mas é questão de

esclarecimento, de inclusão social, de políticas educacionais e o bom senso de que todos nós somos iguais”, afirma.

Brasil sem Homofobia

O que cerca de 83%⁸ dos brasileiros não sabem é que em 2004, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação lançaram o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Com o título autoexplicativo, o Programa tem o fito de promover a cidadania da comunidade LGBT, com base na equiparação de direitos e no combate à violência e discriminação homofóbicas.

As ações propostas pelo Programa são diversas e abrangem áreas como: articulação da política de promoção dos direitos de homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação Internacional; Direito à Segurança, combatendo a violência e impunidade; Direito a Educação, com a promoção de valores de respeito à paz e não discriminação por orientação sexual.

Além do Direito à Saúde, consolidado um atendimento e tratamento igualitário; Direito ao Trabalho, garantindo uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual; Direito à cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana. Estão propostas também, ações de Política para a Juventude, mulheres e políticas contra o racismo e homofobia.

Para garantir o alcance de seus objetivos, ações voltadas para: apoio a projetos de fortalecimento de instituições que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia. A capacitação de profissionais e representantes atuantes em defesa de seus direitos, disseminação de informações importantes, bem como, o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT.

Aos poucos, as propostas do plano estão sendo concretizadas, como: os Centros de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate da Homofobia – que servem de base ao público, com informações, orientações e apoio em casos de violência, desrespeito e discriminação. Além de realizar duas Conferências Nacionais LGBT, a primeira em 2008 e a segunda, em 2011.

⁸ Segundo Pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil – Intolerância e respeito às diferenças sexuais” – da Fundação Perseu Abramo em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung.

O encontro acontece para o debate de reivindicações, que são repassadas ao Governo Federal por meio de um relatório, o qual define as prioridades do público no que se refere a políticas públicas.

Delegacias Especializadas

Alguns policiais admitem que há preconceito e o enxergam como empecilho e até repulsivo para os homossexuais. Aides Ponciano atrela a discriminação policial à falta de preparação dessas pessoas e de investimento do Governo, que geram as carências da classe.

“Os policiais têm carência humana, material e de recursos – se já existe carência na base, imagine precisando de capacitação para atender a esse público”, declara.

O delegado acredita nas delegacias especializadas para que a melhora comece desde o atendimento às vítimas, atingindo também as áreas subsequentes. Porém, ratificando a necessidade de uma preparação especial para esse atendimento.

“Sei que a Lei define que todos devem ser tratados de maneira igual, sem qualquer tipo de discriminação, seja de origem, raça, cor, sexo, estado civil. A priori, deveria ser assim, contudo, lidamos com pessoas, e cada uma encara de uma maneira; algumas têm preparo, outras não. Isso acontece em qualquer área, inclusive na polícia. Nesse caso, caberia uma política de esclarecimento para os policiais”, afirma.

Rafael Gomes crê ser possível a capacitação da polícia alagoana nesse tipo de atendimento. Segundo ele, essa seria a única forma de tornar funcionais as delegacias especializadas.

“Um bom atendimento aumentará a demanda de quem procura a polícia nesses casos, tornando-a suficiente para que a delegacia funcione. Ocorre que, muitas vezes, quem sofre a agressão tem medo de procurar as autoridades policiais por não saber como será recebido e achar que pode sofrer preconceito dentro dela”, acredita.

Givanildo de Lima vai além, ele acredita que ainda há um longo caminho a ser percorrido para poder colocar-se em prática esse tipo de delegacia. A preparação tem que ser não só dos policiais, mas do Governo, órgãos públicos e da sociedade.

“Nossa cultura é ‘resolver na bala’ e isso leva tempo para ser alterado. É claro que eu sou favorável à delegacia, mas precisamos mudar a mentalidade da sociedade, que ainda é muito preconceituosa”, afirma.

Seguindo o mesmo pensamento, Nildo Correia afirma que não apenas o modelo de delegacia deve ser importado, mas de sua administração. “Com a visão de segurança pública que nosso Governo tem, a implantação de uma delegacia especializada não terá bons resultados. Tudo depende de gerência. Em um bom comando, isso não seria nem necessário. Pois, é dever de toda e qualquer delegacia investigar os crimes, independente da forma que eles aconteceram e sem taxações. Bem como, de atender bem todos os que procuram esse direito”, diz.

Defensor da implantação das Delegacias Especializadas em crimes homofóbicos, Flávio Gomes destaca que ela deve ser composta não apenas de um delegado, mas de um quadro técnico preparado, composto por psicólogo, assistente social, entre outros profissionais. “É fundamental que a vítima não seja tratada apenas como mais uma, mas, como única. Afinal, é uma pessoa que teve seus direitos violados”, expõe.

Assim como em outros aspectos, o promotor cobra união do movimento LGBT. Ele ressalta a importância do movimento não apenas falar, mas cobrar do governo capacitação à categoria policial. “Mesmo que como pessoas esses profissionais tenham conceitos pré-estabelecidos, eles precisam, no exercício de suas atividades, respeitar e enxergar às vítimas como seres humanos”, frisa.

União Estável – STF reconhece novo núcleo familiar

Em 05 de maio de 2011 foi dado aos casais homossexuais o direito de se equipararem aos heterossexuais em relação à união estável. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

A união estável difere do casamento civil, já que a primeira acontece sem formalidades, de forma natural, a partir da convivência do casal, enquanto o casamento civil é um contrato jurídico formal, estabelecido entre duas pessoas. Apesar de não garantir os mesmos direitos, a união estável é considerada a maior conquista LGBT no Brasil.

A lei, que estabelece normas para as uniões estáveis entre homens e mulheres, destaca entre os direitos e deveres do casal, o respeito e a consideração mútuos, além das assistências moral e material recíprocas.

Para ter um casamento civil reconhecido, os casais tinham que recorrer à Justiça, ficando dependente da aprovação do juiz; alguns deles deram sinal positivo para o casamento

civil, enquanto outros negaram o pedido a vários casais. Entretanto, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas publicou o Provimento nº. 40, no dia 6 de dezembro de 2011, que autoriza os cartórios a habilitarem o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.

Habilitação é a fase em que as partes apresentam seu pedido e documentação necessária para a realização da cerimônia. Agora, não é preciso que os noivos ingressem no Judiciário para formalizar a união, eles precisam, apenas, manifestar o desejo no cartório. Apesar de boa parte da sociedade se posicionar contra a essa decisão, ativistas gays dizem que ela foi um grande passo na conquista por mais direitos para à comunidade homossexual e afirmam que não vão desistir de conquistá-los.

Secretaria de Direitos Humanos

Com a proposta de dar voz aos órgãos voltados aos Direitos Humanos, ao qual está inserido o núcleo contra a homofobia, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, com sede em Brasília, foi procurado para falar sobre o assunto diversas vezes. Durante o intervalo de três meses, vários contatos telefônicos, bem como, via email foram feitos. No entanto, sem sucesso. Como premissa de tornar público o questionamento feito, o qual segue sem respostas, o mesmo será exposto abaixo:

1- A sociedade brasileira se intitula muito "moderna" no sentido do ser livre, além de ser um dos países mais ricos culturalmente. Isso se faz um tanto quanto contraditório quando, teoricamente, deveria aderir às diversidades e respeitá-las, mas, o que se pode perceber é que o preconceito ainda está muito presente nela. Por que os homossexuais ainda são atingidos por esse preconceito?

2- Por que Alagoas ocupa a colocação atual de segundo no ranking nacional, mas o primeiro proporcionalmente?

3- Por que a maioria dos crimes homofóbicos não é solucionada? O que pode ser feito para mudar esse quadro?

4- Qual a opinião da Secretaria em relação à mídia, escola e família no tocante a esse tema? Como eles podem ou têm contribuído para o bem e para o mal da situação de ódio e repulsa que caracteriza a sociedade brasileira?

5- O Brasil é um país que se diz livre de guerras, e talvez seja, mas das que acontecem entre países. O que constatamos é uma intensa guerra social. A repulsa contra os

homossexuais muitas vezes é tão radical que mata, fazendo nosso país ser o mais homofóbico do mundo. Os números são completamente assustadores, principalmente comparados a outras nações. Enquanto em 2010 matou-se 260 homossexuais, o México contabilizou 35 assassinatos e os Estados Unidos, 25; vale ressaltar que o último tem uma população de 100 milhões de habitantes a mais que o Brasil. O que o Governo Federal tem a dizer sobre isso?

6- O Governo Federal tem despertado uma visão especial aos homossexuais, visto que eles fazem parte de uma minoria tão afetada quanto às mulheres, deficientes físicos e idosos - que já possuem programas assistenciais e de proteção voltados a elas? Há alguma ação de combate prevista para esse tipo de violência?

CAPÍTULO III - PUBLICAÇÃO NO PORTAL CADAMINUTO

Este trabalho se fez relevante ao ultrapassar os limites da Universidade Federal de Alagoas e chegar ao público, o que aconteceu através de sua publicação no Portal de notícias CadaMinuto. A publicação se deu em forma de série, cinco reportagens nos cinco dias úteis da semana, de 19 a 23 de dezembro de 2011.

Neste capítulo, será possível conhecer o texto que foi apresentado no meio online, bem como, a intolerância a respeito desse assunto, refletida no retorno dos leitores, através de seus comentários.

Cadaminuto apresenta série de reportagens sobre a homofobia em alagoas

CADAMINUTO

[Imprimir novamente](#)

18/12/2011 - 06:02

CadaMinuto apresenta série de reportagens sobre a Homofobia em Alagoas

A partir desta segunda-feira, 19, o CadaMinuto apresentará uma série sobre a homofobia no estado de Alagoas. As reportagens integram o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) das graduandas em Jornalismo da Ufal Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa, sob orientação do Prof. Msc. Clayton Santos.

Totalizando cinco reportagens, de segunda a sexta, a série temo objetivo de alertar a população para a incidência de crimes homofóbicos entre todas as classes sociais no estado de Alagoas, e conscientizá-lada carência na resolução dos mesmos.

Na reportagem de estreia, as autoras apresentam a homofobia e suas raízes, como forma de propor a erradicação desde a base. Nos dias seguintes, o leitor poderá conferir os números alarmantes nos quais estão inseridos Alagoas e o Brasil: o pior estado no país mais homofóbico do mundo.

Além de alguns crimes alagoanos de grande repercussão, as matérias trazem depoimentos de algumas vítimas dessa perversidade. Por fim, será exposto o que dizem a legislação e as autoridades sobre a homofobia

Redação



Comentários dos leitores à reportagem “Cadaminuto apresenta série de reportagens sobre a homofobia em Alagoas”.

Zé Bonitinho - não sei porque? crimes acontecem com qualquer pessoa e não só com gay
AGORA querer Aparecer na mídia como coitadinhos é já é de+ né?

Salustiano - Maria baixo nível é ver á cara desse desgoverno na mídia.

Jonas - Hoje temos que achar bonito essas aberrações. Tenho filhos e quero ensiná-los que isso é errado, é contra a leis de DEUS.

LYDIA POLLYANA - Parabéns Laurinha!!! Grande contribuição para a sociedade alagoana... Estamos cansados de tanta violência e omissão.

Luiza - 'zé bonitinho', crimes acontecem com todos. Mas os crimes homofóbicos são pessoas morrendo por serem aquilo que elas são. Elas morrem pelo fato de SEREM gays, e não por uma fatalidade. E, Jonas, eu queria saber o que você entende por aberração. Já o que entendo por ignorância, a gnt pode conversar.

Graziela - É IMPRESSIONANTE COMO AS PESSOAS PREFEREM CONTINUAR NA IGNORÂNCIA! Ensine seus filhos q DEUS é bom, nos traz paz de espirito, ensine a rezar a ir a Igreja/Centro ou culto, MAS ENSINE TB Q AS PESSOAS SÃO LIVRES e deixe q seu filho decida o que quer pra si !Aí vamos ver se vc ensinou direitinho ;)

MANO - ACHO QUE AS MORTES ETÃO ACONTECENDO NATURALMENTE, OS GAYS ESTAM QUERENDO FAZER IGUAL AOS NEGROS,(SEMPRE SÃO VÍTIMAS). ELS DEVERIRIAM DEIXAR DE QUERER SER IGAUL AS MULHERES, SÓ ASSIM AS MORTES DIMINUIRIAM. HOMEM É HOMEM E MULHER É MULHER, O RESTO É ABERRAÇÃO DA NATUREZA.

Wilson - Jonas vc tem todo o direito ensinar o certo e o errado para seus filhos, contudo, todos nascem com sua forma de amar , se tentar mudar de qualquer forma vc tá criando um ser infeliz que um dia pode culpar vc em todos os sentidos da vida, respeitar é o melhor caminho!

Cadaminuto inicia hoje série de matérias sobre a homofobia em Alagoas

CADAMINUTO

[Imprimir novamente](#)

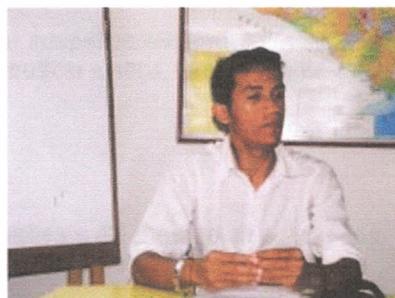
19/12/2011 - 05:20

Cadaminuto inicia hoje série de matérias sobre a Homofobia em Alagoas

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa.

O Cada Minuto está nesta semana apresentando uma série de cinco matérias produzidas pelas graduandas em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa. A série integra Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) composto por reportagem sobre a homofobia em Alagoas. Na primeira matéria, nesta segunda (19), será apresentado um panorama geral sobre o tema, apresentando suas raízes. Amanhã, terça-feira (20), na segunda matéria da série, o leitor poderá conferir números alarmantes de crimes homofóbicos no Brasil e Alagoas. O TCC é orientado pelo Prof. Msc. Clayton Santos.

Nildo Correia, presidente do GGAL



A trajetória do preconceito: a homofobia e suas raízes

"Da segunda agressão que sofri, lembro apenas que levei um soco no rosto. Depois disso, desmaiei. Quando acordei já estava no hospital, com dez pontos na boca, um dente quebrado, um tímpano estourado, 'derrame' no olho e a cabeça toda inchada", conta José Valter da Silva, 34, vendedor.

Este é um dos muitos relatos de vítimas que sofreram alguma agressão por causa da homofobia - termo utilizado para identificar, além do medo, irracional ou não, também a aversão a pessoas que se relacionam afetivamente com outras do mesmo sexo.

Uma repulsa mais aguçada neste campo faz com que pessoas sejam capazes de cometer crimes contra homossexuais, os denominados crimes homofóbicos, que vão desde agressões verbais ou físicas a assassinatos com requintes de crueldade. Quando um homossexual é morto por suas preferências sexuais, não se trata de homicídio passional, mas de crime homofóbico.

Esses delitos são categorizados como crimes de ódio, aqueles cujo autores são despertados a cometê-los apenas pelo preconceito, por destilarem desprezo moral e por não suportarem o grupo ao qual pertence o agredido. Os crimes de ódio acontecem, principalmente, por raça, sexo, religião, orientação sexual ou etnia da vítima.

Raízes da sociedade, raízes do preconceito

Fator comum para o aumento da violência, apontado pelos dois lados da história - ativistas gays e polícia, é a falta de diálogo nos lares brasileiros.

Muitos homossexuais escondem sua orientação por medo da rejeição, e isso começa em casa. Por isso, eles passam a frequentar lugares mais discretos ou escondidos, procurando o anonimato. Cada vez mais evitam o diálogo e envolvem-se em relações acirradas, com pessoas desapropriadas e desconhecidas; muitas vezes, por ser a única opção.

O fato é que, se houvesse diálogo, verdade e acolhimento, haveria, também, conhecimento e conselhos, naturais dos pais, e um direcionamento no sentido de levarem suas vidas normalmente.

Não reconhecendo a homossexualidade em vida, a família prejudica o crescimento humano, psicológico e tantos outros desenvolvimentos do ser. Negando-se a reconhecer em morte, a família prejudica as investigações.

A negação das famílias durante as apurações policiais deve-se a diversos fatores: a desestruturação de algumas é tão grande que elas não sabem a orientação sexual de alguns membros; em outras, ocorre simplesmente por não se tolerar tal fato, não se admite moralmente nem a título de informação.

Por esses e outros motivos, há casos antigos que nem sequer suspeitos existem. A família, que naturalmente seria a parte mais interessada em solucionar e buscar justiça, torna-se fonte vaga de informações.

Preconceito onipresente

Em casa ou nas escolas, as piadas preconceituosas, as exclusões e até mesmo as agressões físicas têm influência direta na autoestima e rendimento escolar dos jovens.

O Presidente do Grupo Gay e Alagoas (GGAL), Nildo Correia, chama atenção para os altos índices de pessoas que abandonam a escola por causa do preconceito e afirma que o governo precisa agir com urgência.

"É fundamental que se trabalhe o bullying escolar para que os homossexuais consigam concluir seus estudos. A falta de escolaridade diminui a perspectiva de vida", ressalta.

Outro ponto apontado pelos ativistas gays como contribuinte da impunidade é que, apesar de a sociedade se intitular moderna, de acordo com estas lideranças ainda há sim preconceito por parte dos policiais.

"A elucidação de muitos crimes não acontece porque a família não assume a homossexualidade de seu parente. Para completar, existe preconceito dentro da própria polícia. Quando se mata um gay, a polícia não dá a mínima atenção, é como se tivesse morrido um bandido", declara Givanildo de Lima, o "Gygy", de 39 anos, Presidente da Associação de Gays e Lésbicas da Barra de Santo Antônio.

Alguns estados brasileiros, como Piauí e São Paulo adotaram a implantação de delegacias especializadas em crimes de intolerância. O apoio da polícia significa a possibilidade de se descobrir os autores dos crimes, passando a responsabilidade para a Justiça, que deve julgar e decretar prisões.

Para erradicar a homofobia, o Presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), Luiz Mott, acredita que são necessárias três medidas básicas. "Que a polícia seja rigorosa na investigação dos crimes contra os homossexuais e a Justiça severa em punir exemplarmente os criminosos; segundo, que haja educação sexual em todos os níveis; e terceiro, que a comunidade homossexual se mobilize para se assumir enquanto", conclui Mott.

O Promotor de Justiça, Flávio Gomes, partilha do terceiro pensamento de Mott. Gomes declara que falta homogeneidade, engajamento social e político do movimento e pede a união dos ativistas.

Redação

Comentários dos leitores à reportagem “Cadaminuto inicia hoje série de matérias sobre a homofobia em Alagoas”.

Prof. Junior Argolo - Excelente matéria. Parabéns!

Eraldo Basílio - É claro que a homofobia existe, mas se os homossexuais escolherem melhor seus parceiros os assassinatos contra os mesmo cai à zero. Por que não existem assassinatos contra as lésbicas? Será que as mesmas tem o devido cuidado na referida escolha? Com Rui Maceió voltará a ser a cidade Sorriso.

Jozyklêyçon da Silva - Esses últimos crimes contra gays aqui em Alagoas, a morte daqueles dois professores, foram crimes de latrocínio, não? As próprias vítimas levaram seus algozes para dentro de suas casas. Aí, polícia nenhuma, sistema nenhum, no mundo, pode dar proteção ao cidadão, quando ele facilita para o criminoso.

Gustavo - Homofobia é um termo inventado para tentar empurrar pela goela a ditadura das minorias, para tentar enganar a população brasileira e fazê-la aceitar uma união inaceitável! A maior parte dos crimes são cometidos pelos próprios parceiros! Isso não se divulga. É uma pena desperdiçar tempo dessa forma.

Essa cambada não tem o que fazer? - Não existe Homofobia, o que existe é falta de respeito por parte desses Homossexuais, estava andando no Centro e passe pela praça dos Martírios e avistei um cidadão me olhando, quando passei por ele me deu psiu, na hora me deu vontade de voltar e dar umas porradas nele.

RENATO SILVA - isto é uma vergonha e a inversão de valores eu acho que é o fim do mundo, a pessoa querer que as pessoa sadias aceitem uma união de pessoas do mesmo sexo se casarem e achar que é normal a ons já disse que é uma doença, agora todo gay que morrer é homofobia é quando matam um homem é heterofobia.

Rômulo - Matéria muito interessante das graduandas! Excelente.

Edney - Muito boa matéria, Alagoas precisa saber qual o nível de ignorância estamos vivendo! parabéns graduandas!

Dentro do país mais homofóbico do mundo, Alagoas apresenta os piores índices

CADA MINUTO

[Imprimir novamente](#)

20/12/2011 - 05:36

Dentro do país mais homofóbico do mundo, Alagoas apresenta os piores índices

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

O Cada Minuto está nesta semana apresentando uma série de cinco matérias produzidas pelas graduandas em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa. A série integra Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) composto por reportagem sobre a homofobia em Alagoas. Nesta quarta (21), na terceira matéria da série, o leitor poderá conferir alguns crimes alagoanos de grande repercussão. O TCC é orientado pelo Prof. Msc. Clayton Santos.



Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2010, em mais de 70 países é crime ser homossexual, sendo que em alguns desses, como Arábia Saudita, Iêmen, Mauritânia e Sudão, ainda cabe pena de morte para quem cometer tal delito.

Apesar de ter projetos que criminalizam a prática da homofobia, o Brasil é, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o país mais homofóbico do mundo, refletindo no alto índice dessa modalidade de violência.

O primeiro homossexual condenado à morte no Brasil foi o índio Tibira Tupinambá, que foi executado como bucha de canhão pelos capuchinhos franceses, em São Luís, no Maranhão, no ano de 1613.

Desde então, os crimes homofóbicos não cessaram, levando o Brasil a ocupar, há alguns anos, o primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, sem previsão de ser superado, já que em 2008 o número de mortes desse tipo foi 5,3 vezes maior que o do segundo colocado (México) e 7,4 que o terceiro (Estados Unidos).

Números crescem de forma progressiva

Além disso, os números brasileiros crescem de forma progressiva: foram 184 vítimas fatais em 2008, 195 em 2009 e 260 em 2010.

Para Luiz Mott, fundador do GGB, o Brasil é um país contraditório. "Por um lado ele é capaz de eleger a Roberta Close como modelo de beleza da mulher brasileira, por outro, é o país onde mais homossexuais são assassinados no mundo", afirma.

A homofobia identificada no Brasil é tão radical que pesquisas apontam que a cada três dias dois homossexuais são mortos. O Nordeste é a região mais violenta nesse sentido, contabilizando 112 casos em 2010, 43,07% do total.

O GGB divulga, desde o ano 2000, um ranking nacional com dados estatísticos dos assassinatos de homossexuais. Segundo ele, nos últimos dois anos, estiveram presentes entre os dez primeiros colocados cinco estados da região Nordeste.

Em 2009, os dez primeiros colocados do ranking eram: Bahia (25 assassinatos), Paraná (25), São Paulo (14), Pernambuco (14), Minas Gerais (14), Alagoas (11), Goiás (9), Mato Grosso (8), Rio de Janeiro (8) e Paraíba (8); passando a ser em 2010: Bahia (29), Alagoas (24), São Paulo (23), Rio de Janeiro (23), Minas Gerais (18), Pernambuco (17), Paraná (15), Goiás (12), Pará (10) e Paraíba (10).

Apesar do estado de Alagoas ocupar a sexta posição em 2009 e passar a ocupar a segunda em 2010, proporcionalmente, ele é o estado onde mais se mata homossexuais no país.

Enquanto a Bahia, primeira colocada no ranking nos últimos dois anos, que tem uma população de 14.016.906, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, matou 30 homossexuais, Alagoas matou 24 homossexuais, com uma população de apenas 3.120.494.

Sendo assim, é possível concluir que na Bahia mata-se 2 homossexuais por cada milhão de habitantes, enquanto em Alagoas mata-se 7,7 por milhão de habitantes, uma diferença de 280%.

Alagoas registrou, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, 2.226 assassinatos no ano de 2010, o que lhe confere a maior taxa de homicídios entre os estados brasileiros, e equipara-se aos números do país mais violento do mundo, El Salvador.

Desse montante, poucos foram os solucionados, já que a segurança pública em Alagoas não é severa no sentido de diminuir a desigualdade social, analfabetismo e concentração de renda. Falta emprego e a miséria avança.

Além disso, o preconceito impera no estado, aumentando cada vez mais os crimes contra os homossexuais, o que não progride na mesma proporção, são seus esclarecimentos.

O presidente do Grupo Gay de Alagoas, Nildo Correia, também aponta a carência de políticas públicas voltadas ao público LGBT como atenuante da homofobia. Ele acredita ser impossível garantir a qualidade da segurança pública com tamanha desigualdade social e desemprego, e cita o caso dos travestis, que têm que enfrentar as "leis das ruas" por não terem outra forma de sustento a não ser a prostituição.

Alta taxa de impunidade deixa impune e faz crescerem os crimes

"Preso está quem morre. Esse fica preso para sempre", declara Dona Josefa Vieira dos Santos, que teve seu filho, Josenildo Barbosa dos Santos, morto aos 27 anos, em maio de 2010.

A impunidade é um assunto que tem se destacado na questão da homofobia. Nesses e em outros casos, ela é a "mãe" da violência, pois acoberta os criminosos e abre espaço para que os novos sejam ainda mais destemidos. Em Alagoas, o índice de solução de homicídios não chega a 2%.

Nildo Correia acredita que a garantia da impunidade aumenta os índices de violência. "Os criminosos fazem o mal sabendo que seus delitos não serão apurados, investigados, nem tão pouco, serão punidos por isso", declara.

Na opinião do promotor de Justiça, Flávio Gomes, a realidade alagoana de impunidade é uma "mistura macabra".

"São diversos ingredientes que convergem nessa problemática: falha da polícia, na falta de investigação; dificuldade das testemunhas deporem; questões históricas e culturais de preconceito; inércia da população e do Estado; falta de compromisso das autoridades", garante.

[Clique aqui e veja a primeira reportagem da Série: A trajetória do preconceito: a homofobia e suas raízes](#)

Redação

Cadaminuto.com.br © 2012 - Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Cadaminuto.com.br.

Comentários dos leitores à reportagem "Dentro do país mais homofóbico do mundo, Alagoas apresenta os piores índices".

Jonathan - Sou contra a violência de todos os âmbitos, mas também sou contra a criação de uma classe social exclusiva - onde uma classe pode ter mais direitos do que outras. Por lei, os direitos dos homossexuais são iguais aos de todos. E impunidade já é uma cultura aqui no Brasil, e atinge a TODOS.

RENATO SILVA - agora é moda tudo é homofobia a ONS já falou isto é uma doença, você tem que ser obrigado a aceitar a união de pessoas do mesmo sexo é uma vergonha e o fim do mundo vai acabar a espécie humana que pessoas do mesmo sexo não procriam a ONS tem que procurar a cura para esta doença vão procurar o que fazer.

Aurélio - Alagoas é o estado com os piores índices de homicídios do Brasil, de modo geral. Local com maior vulnerabilidade para os jovens. Nada mais lógico que todas as áreas da sociedade também estejam com índices elevadíssimos. Agora para com conversa de vitimização, de coitadinho. TÁ RUIM PARA TODO MUNDO!

Fabricio - "Arábia Saudita, Iêmen, Mauritânia e Sudão, cabe pena de morte" E o Brasil é o país mais homofóbico do mundo?! contradição! Sua fonte está equivocada! "foi executado como bucha de canhão?". Como é isso? "Alagoas(!)matou 24 homossexuais" Não, graduandas, AL não matou ninguém. Esse TCC é só proselitismo.

Fabricio - E mais, graduandas: TODO crime contra homossexuais é homofóbico? Há ALGUMA possibilidade de haver um crime que não seja taxado de homofóbico? NÃO!, porque "dá mídia", certo? Quem mata os gays? R: Seus namorados (latrocidias), que não são, evidentemente, homofóbicos, não é?!

Bellisa - Concordo com o Fabricio. O que temos não é homofobia, nós não temos culpa de eles conhecerem uma pessoa e já levarem pra dentro de casa. Daqui uns dias vão exigir um PM na casa de cada homossexual. Eles deveriam saber com quem se relaciona, antes de achar que tudo é homofobia.

Mário - Falar em "país mais homofóbico do mundo" é pura desonestidade intelectual, vigarice, ou burrice.

JOÃO - Isso é a mais descarada mentira. Na maioria dos fatos de interesse policial envolvendo os praticantes desse modo de se relacionar, estavam envolvidos os mesmos problemas da relação hétero: intriga, bebida, ciúme e droga.

JUSTINO DE JESUS - DISCORDO DESTE ROTULO DE HOMOFOBIA,POIS NA VERDADE O QUE ESTAR ACONTECENDO É O QUE SEMPRE ACONTECEU OS GAY.POR OPORTUNISMO SE ENVOLVEM COM MARGINAIS.O RESULTADO É HOMICIDIO, ROUBO SEGUIDO DE MORTE PARA COMPRAR DROGAS OS GAY TOMEM MAIS CUIDADO NA ESCOLHAS DE SEUS PARCEIROS FAÇA COMO EU SELECIONE.

JOÃO - Espera-se que os orientadores dessas alunas, ajude-as, pois trabalho dito científico, em uma Universidade Federal, não deve ser passional.

Silvia - Percebemos que o preconceito está mesmo enraizado na sociedade através dos comentários deixados aqui. Pura ignorância de um povo que não aguenta ouvir a verdade. Justo seria que as pessoas se indignassem com a violência, e não com um trabalho que mostra a realidade.

Livia - "Pimenta nos olhos dos outros é refresco".. Quem ã vivi a realidade destes q em meados da década de 60 eram considerados o grupo a margem da sociedade por serem taxados d doentes mentais e perversos, hoje ainda sofrem essa barbárie.. Dos q ã morrem, são sem duvida agredidos. Deus protejam-nos.

Série homofobia em Alagoas: casos chocam população

CADA MINUTO

[Imprimir novamente](#)

21/12/2011 - 05:46

Série Homofobia em Alagoas: casos chocam população

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

O Cada Minuto está nesta semana apresentando uma série de cinco matérias produzidas pelas graduandas em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa. A série integra Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) composto por reportagem sobre a homofobia em Alagoas.

Nesta quinta (22), na quarta matéria da série, o leitor poderá conferir depoimentos de algumas vítimas alagoanas. O TCC é orientado pelo Prof. Msc. Clayton Santos.



Homofobia em AL: casos chocam a população

Nada justifica um assassinato, principalmente quando é cometido por puro preconceito. Com um crescente número de homicídios de homossexuais, Alagoas tem alguns crimes que ganharam uma repercussão maior na mídia, porque além de serem crimes com muitos requintes de crueldade, as vítimas eram pessoas que por algum motivo tinham destaque diante da sociedade.

Uma tragédia mundial em Coqueiro Seco – O caso Renildo

O primeiro desses crimes teve repercussão internacional e aconteceu na cidade de Coqueiro Seco. Em 20 de janeiro de 1993, o vereador Renildo José dos Santos assumiu-se bissexual em algumas rádios; diante do ocorrido, dias depois, a Câmara Municipal suspendeu suas atividades por um prazo de trinta dias, alegando que ele estava praticando atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

Terminado o período de suspensão, Renildo não foi readmitido e teve que pleitear ordem do juiz para que pudesse reassumir. Sentindo-se ameaçado, enviou um ofício à Secretária de Segurança Pública de Alagoas solicitando proteção de sua vida.

Contudo, na madrugada de 10 de março, Renildo foi arrancado de sua casa e sequestrado por quatro policiais e inimigos políticos. Levado para um local ermo, Renildo foi vítima de uma das mais cruéis sessões de tortura. Após ser violentamente espancado, teve suas orelhas, nariz e língua decepados, as unhas arrancadas e depois cortados os dedos. Suas pernas foram quebradas. Ele foi castrado e teve o ânus empalado. Levou tiros nos dois olhos e ouvidos e, para dificultar o reconhecimento do cadáver, atearam fogo em seu corpo e degolaram-no. O corpo foi encontrado no dia 16 de março. A cabeça, separada, estava boiando num rio.

Treze anos mais tarde, aconteceu o julgamento do crime. Nele, foram considerados culpados o fazendeiro José Renato Oliveira e Silva, o militar Luiz Marcelo Falcão (hoje capitão da PM) e o ex-militar Paulo Jorge de Lima.

Em homenagem a Renildo, foi instituído, em março de 2001, pelo GGAL em parceria com o Fórum Permanente Contra a Violência e a Articulação de Jovens de Alagoas, o Prêmio Renildo José dos Santos de Direitos Humanos, que tem por objetivo agraciar várias personalidades destaques na luta pela preservação dos direitos humanos.

Crime contra o celibato – O assassinato do Padre de Murici

Outro caso que chamou a atenção da sociedade alagoana foi o assassinato do padre Hidalberto Henrique Guimarães, pároco da Igreja Nossa Senhora das Graças, em Murici. O corpo de Hidalberto foi encontrado em sua casa em Maceió, no bairro do Tabuleiro do Martins, com facadas e golpes a pauladas.

Dois rapazes foram acusados do crime. De acordo com o depoimento de um deles, Rafael Timóteo da Silva, 19, depois de beberem cerveja num bar, o padre lhe teria oferecido R\$ 15 para que fizesse um programa. Daí teria havido discussão, seguida de luta corporal e do assassinato. Antes de deixarem a cena do crime, os dois rapazes furtaram um aparelho DVD e um tênis pertencentes ao padre, em seguida, os dois teriam ido para casa, no bairro de Ponta Grossa, em um ônibus.

De acordo com a necropsia, no corpo do padre havia cerca de 20 golpes de arma branca, além de vários hematomas, que podem ter sido ocasionados por briga corporal ou tortura. Além disso, os assassinos ainda teriam tentado degolar a vítima. A brutalidade choca ainda mais.

Ganhador do Miss Gay é morto logo após premiação

Jovem de 19 anos, Osvan Inácio dos Santos residia na cidade de Arapiraca, e na noite do dia 15 de setembro de 2007, ganhou o título de Miss Gay da cidade. Após o evento, Osvan deveria voltar para a casa de um amigo, mas não o fez; os amigos estranharam sua falta, mas achando que ele teria saído com alguém, não se preocuparam.

Na manhã do dia 16, os amigos receberam a notícia de que um corpo havia sido encontrado num local deserto. O laudo cadavérico verificou que a vítima havia sido violentada sexualmente e espancada até a morte - antes de morrer, ela sofreu traumatismo craniano -, além disso, constatou também que havia ferimentos em seu órgão genital. De acordo com testemunhas, Osvan foi abordado por dois homens, no momento em que saía do Bar Flamenguinho, mas ninguém sabia a identidade deles.

O integrante do grupo Sohmos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros), da cidade de Arapiraca, Claudenir Martins, afirma que, segundo o delegado, Cícero Torres, o caso de Osvan foi tratado como crime comum e engavetado.

Modelo mata designer – A morte de Flavius Lessa

Um dos mais recentes casos que chocou a sociedade alagoana foi o assassinato do designer Flavius Durval Lessa Braga, de 47 anos, em 04 de março de 2011. Encontrado dentro de seu carro, nas proximidades da fábrica da Coca-Cola, no bairro do Benedito Bentes, o corpo apresentava um corte no pescoço.

As primeiras indicações seriam de que ele teria sofrido um golpe de faca, mas posteriormente - quando o modelo Frederico Safadi, 19, assumiu a autoria do crime - constatou-se que o golpe foi deferido com uma lata de refrigerante.

Fred Safadi, como era conhecido no mundo da moda, contava com a produção artística de Flavius, e estava em constante ascensão nesse meio. Além da relação profissional, os dois mantinham um relacionamento amoroso e o crime, segundo informações do advogado de Fred, teria sido motivado pelo fato da vítima querer divulgar o relacionamento, caso Fred tentasse terminá-lo, bem como, arruinar sua carreira.

No dia do crime, Fred contou com a ajuda do filho de seu padrasto. O menor teria asfixiado a vítima, usando o cinto de segurança do veículo, enquanto Frederico desferia nela um corte com uma lata de refrigerante amassada. O réu confesso, que teve a prisão decretada poucos dias depois do assassinato, encontra-se preso até hoje; já o menor, foi encaminhado ao juizado da infância.

Além desses quatro famosos casos, existem outros que também chocam e mostram à sociedade que isso não é algo distante da realidade alagoana. Contudo, parte dos casos que acontecem com pessoas de alguma notoriedade, muitas vezes não entra nas estatísticas de crimes homofóbicos, isso porque as vítimas não tinham assumido sua orientação sexual publicamente e os familiares, mesmo sabendo de sua homossexualidade, acabam negando-a diante das autoridades responsáveis pelo caso, prejudicando o rumo das investigações.

Matérias anteriores

[A trajetória do preconceito: a homofobia e suas raízes](#)

[Dentro do país mais homofóbico do mundo, Alagoas apresenta os piores índices](#)

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

Cadaminuto.com.br © 2012 - Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Cadaminuto.com.br.

Comentários dos leitores à reportagem “Série homofobia em Alagoas: casos chocam população”.

Professor Ronaldo - Excelente trabalho!

Wilson - O problema é que muitos homossexuais se envolvem com pessoas que mal conhecem, basta encontrar na rua, fazer uma proposta e levam pra dentro da própria casa, aí é que ocorre os crimes de latrocínio, matar para roubar, não é homofobia.

Elson Folha - Parabéns as competentes jornalistas. Matéria produzida de maneira qualificada, sem utilizar estereótipo, preconceito na linguagem, o jornalismo alagoano carece de matérias desse naipe.

Vítimas da homofobia em Alagoas narram traumas

CADA MINUTO

[Imprimir novamente](#)

22/12/2011 - 05:32

Vítimas da homofobia em Alagoas narram traumas

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

O Cada Minuto está nesta semana apresentando uma série de cinco matérias produzidas pelas graduandas em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa. A série integra Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) composto por reportagem sobre a homofobia em Alagoas. Nesta sexta (23), na quinta e última matéria da série, leitor poderá conferir o que dizem a legislação e as autoridades sobre a homofobia. O TCC é orientado pelo Prof. Msc. Clayton Santos.



Perversidade: vítimas da homofobia em Alagoas narram traumas

O ato de violência deixa marcas que não se apagam, e sua principal cicatriz é o medo, que intimida as vítimas, tornando-as prisioneiras do receio da covardia. Independente de serem verbais ou físicas, as agressões causam constrangimento moral e atinge a ambos os sexos. É por isso que muitas vezes as vozes se calam e os casos não são registrados.

Assim como em outros tipos de violência, tornar público permite que outras pessoas tomem a coragem de fazer o mesmo e não aceitem a reincidência. O grito dói aos ouvidos de quem ouve devido a maldade, mas é necessário pelo alerta de que algo precisa ser feito.

Confira o depoimento de algumas vítimas alagoanas desse ato injustificável.

Barbárie em Marechal enterra jovem vivo

Fugindo à ordem natural das coisas e sentindo a dor que uma mãe jamais espera e quer sentir, Dona Josefa Vieira dos Santos teve seu filho brutalmente assassinado aos 27 anos. Josenildo Barbosa dos Santos, Nildo, artesão da cidade de Marechal Deodoro saiu de sua residência numa quinta-feira (27 de maio de 2010), dizendo apenas que teria um "encontro".

"Meu filho sempre saía, eu nunca me incomodei, mas nesse dia não me senti bem e pedi que ele não fosse. Porém, ele respondeu que voltaria logo, a tempo de jantarmos juntos, como fazíamos todas as noites, e saiu muito feliz de casa", declara Dona Josefa. Às 22h, Nildo foi visto na companhia de um rapaz, indo a um local mais afastado da cidade.

No final da tarde de sexta-feira, desconfiada de que seu filho teria sido assassinado, D. Josefa resolveu ir à delegacia fazer um boletim de ocorrência do desaparecimento. "Esperava que a polícia fizesse buscas, mas ela afirmou que sem corpo ou outros indícios, nada poderia ser feito", afirma inconformada.

Na manhã de sábado, Dona Josefa, familiares e amigos resolveram procurar o corpo de Nildo por conta própria, procuraram no rio e nos matagais, sem sucesso.

Na tarde do domingo, foram descobertas apenas manchas de sangue na fazenda onde o suspeito trabalhava. Na segunda-feira, encontraram as roupas com as quais Nildo havia saído. Tempo depois, observou-se que não havia capim em determinado local. Então, um rapaz começou a escavar com suas próprias mãos, achando o corpo de Nildo.

"Vivo. Meu filho foi enterrado vivo. Seu corpo mostrava que ele havia se mexido já embaixo da terra. Ele tinha várias perfurações de faca, estava nu e coberto por um plástico. Seu rosto, além de inchado, tinha expressões de quem havia feito muita força. Ele lutou muito para sair de baixo da terra", desabafa emocionada.

Para Dona Josefa, não foi apenas um assassino, já que seu filho teria força suficiente para lutar com um homem; ela acredita na participação de outras pessoas no crime. Mesmo depois do corpo de seu filho ter sido encontrado, não houve qualquer tipo de investigação, busca ou mandado de prisão para o acusado.

O que chocou a todos foi, não somente a barbaridade com que o crime foi cometido, mas por Nildo sempre ter sido uma boa pessoa, bom cidadão e respeitar a todos. É tanto que a comoção e mobilização por sua busca foi intensa. Todos na cidade têm boas referências sobre o jovem que morreu por ser homossexual.

A violência faz vítima refém do medo

Aqui será retratada a violência sofrida por um personagem que prefere não ter sua identidade revelada. Serão utilizadas as iniciais A.G.L., fictícias, em sua referência.

Há cerca de dois anos, quando o vendedor A.G.L. passava num local pouco iluminado, quatro homens se aproximaram e pediram-lhe um real (R\$1), ele disse que não tinha e continuou andando. Então, os quatro homens começaram a batê-lo aos gritos: "É veado, é veado!", chegando a rasgar sua roupa. Ele conseguiu escapar sem grandes traumas físicos, mas, abalado psicologicamente.

Em outro dia, quando passava perto da casa de um dos agressores, A.G.L. foi agredido por um dos agressores anteriores, ele levou um soco no olho e desmaiou. Ao acordar, já estava no hospital, com dez pontos na boca, um dente quebrado, um tímpano estourado, derrame no olho, a cabeça inchada e muitas dores.

"A primeira agressão não foi tão forte, mas a segunda, tinha a intenção de matar mesmo. Quem viu a cena disse que mesmo depois de me deixar desacordado, ele pedia e procurava uma faca para me matar. Se ele tivesse encontrado, eu não estaria aqui, estaria morto", declara.

É necessário frisar que nenhum dos agressores tinha a menor ligação com a vítima. A vítima foi à polícia e fez exames de corpo de delito, buscas momentâneas foram feitas, contudo os acusados fugiram. Depois disso, nada foi feito.

"Foram as primeiras e únicas agressões físicas que sofri. Suficientes para me deixarem bastante traumatizado. Hoje eu evito sair de casa, principalmente sozinho. Tenho medo que isso se repita", fala.

Lojista troca sapatos de Drag Queen por preconceito

Manuel Estevão Barbosa Neto, 42, que já foi presidente do Grupo Gay do Benedito Bentes, sofreu ao tentar comprar sapatos femininos para ir a uma festa no mesmo dia. Como de costume, ele escolheu, provou, pagou e foi para casa. Mas, no momento de se arrumar para o evento, quando pegou os sapatos ainda embalados, percebeu que colocaram os dois pés esquerdos. Era um sábado à noite, não havia o que ser feito, ele não poderia trocar naquele instante, então, calçou outro par e esperou a segunda-feira para isso.

"Na segunda fui até a loja e mostrei os sapatos ao gerente, que disse: 'É, vocês veados são assim mesmo, comprem o sapato sábado de tardezinha, calçam e depois querem trocar'", conta.

Diante do que escutou, Manoel afirmou que procuraria seus direitos junto ao PROCON e o fez. Dois anos mais tarde, ganhou R\$5 mil com a ação. Depois de ter saído a sentença, voltou à loja acompanhado de uma representante do órgão para que o gerente efetuasse o pagamento. Contudo, o gerente afirmou que só poderia pagar em parcelas.

"Eu o perguntei: 'você me chamou de veado parceladamente? Não! Então eu quero meu dinheiro de uma vez só'. Ele teve que pagar o valor integral no dia marcado. Ficou a lição para ele nunca mais discriminar alguém", relata.

Manuel é conhecedor de seus direitos e não sofre calado. É assim que ele acredita que algo pode mudar. "As pessoas têm medo de abrir a boca e denunciar as agressões, tem gente que deixa pra lá e isso é pior, porque assim o preconceito nunca acabará", afirma.

Famílias "preferem" morte à homossexualidade

A Presidente do Dandara - movimento de lésbicas fundado dentro do Movimento do Axé -, Maria José da Silva Santos, 33, tem se deparado desde muito cedo com situações constrangedoras e ofensivas. Ela, que afirma ter se descoberto lésbica aos oito anos, sofreu as primeiras rejeições em casa, pelo seu pai, que, com valores tradicionais, nunca aceitou sua orientação sexual.

"Meu pai já afirmou que se soubesse que eu seria 'sapatão', preferia que tivesse nascido morta'. Foi um dos piores momentos da minha vida", declara.

Atualmente Maria namora uma mulher de apenas dezenove anos, o que representam catorze anos de diferença. A jovem tem sua orientação sexual assumida em casa, contudo, não aceita pela família, devido à religiosidade. "O preconceito é tanto que eu já fui ameaçada de morte por seu tio. Por cautela, nos afastamos por um tempo e evitamos confrontá-los", afirma.

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

Cadaminuto.com.br © 2012 - Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Cadaminuto.com.br.

Comentários dos leitores à reportagem "Vítimas da homofobia em Alagoas narram traumas".

Sertanejo cagota - Somos seres humanos ou somos bichos?

Teresa - Me sinto envergonhada como pessoa, pq. não sei como alguém pode jogar uma pessoa por sua opção sexual, a gente devemos jogar as pessoas pelos seus atos mas infelizmente não é assim, sou mãe sou mulher, é sempre educo os meus filhos a respeitar a opção de qualquer um religião raça !!!

Homofobia: com a palavra a legislação e as autoridades

CADA MINUTO

[Imprimir novamente](#)

23/12/2011 - 06:28

Homofobia: com a palavra a legislação e as autoridades

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

O Cada Minuto está nesta semana apresentando uma série de cinco matérias produzidas pelas graduandas em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa. A série integra Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) composto por reportagem sobre a homofobia em Alagoas. Neste sábado (23), todas as cinco matérias que comporam a série. O TCC é orientado pelo Prof. Msc. Clayton Santos.



Homofobia: com a palavra a legislação e as autoridades

Não existe Lei brasileira que reprove qualquer pessoa por sua orientação sexual. Nem a Constituição Federal e nem o Código Penal condenam a homossexualidade nem sua prática, desde que as pessoas sejam maiores de idade e seja de consentimento mútuo. Já o preconceito e opressão são proibidos pelas leis do Brasil.

O que garante a Constituição Federal, Carta Magna do Brasil, é que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, abominando a intolerância e o preconceito.

A carência de Leis Específicas deixa vítimas sem proteção

De concreto, só existem leis específicas prevendo punições à prática da discriminação de pessoas por sua orientação sexual a estabelecimentos comerciais, indústrias e repartições públicas municipais que a fizerem. Maceió, a exemplo disso, em 2009, por meio do Decreto nº 7034/09 regulamentou a Lei nº 4667/97, que estabelece sanções às práticas discriminatórias a livre orientação sexual.

Criminalizar a homofobia

Por enquanto, parece que a garantia de liberdade de escolha prevista na Constituição Federal não tem assegurado nada, é por isso que Lara Bernardi apresentou em 2001, quando era deputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, um Projeto que visa criminalizar a homofobia em todo o território nacional.

O Projeto foi aprovado na Câmara em 23 de novembro de 2006 e encaminhado ao Senado, onde recebeu o número PLC 122/2006 e teve a senadora Fátima Cleide do PT de Rondônia designada como relatora na Comissão de Direitos Humanos. Com o final da legislatura da Senadora Fátima Cleide, no final de 2010, o PCL 122/2006 foi arquivado.

A Senadora paulista Marta Suplicy apresentou, no dia 03 de fevereiro de 2011, à Mesa Diretora 27 assinaturas de senadores e requisitou o desarquivamento do PLC, sendo esse conseguido no dia 08 do mesmo mês.

O PLC 122/2006 divide as opiniões dos brasileiros. Ativistas homossexuais e simpatizantes defendem sua aprovação e esperam ansiosos por isso, enquanto religiosos e conservadores acham que, se tornando lei, irá de encontro aos bons costumes da sociedade e, principalmente, aos preceitos religiosos, por isso, querem sua reprovação.

O promotor Flávio Gomes faz parte do grupo que torce pela aprovação do PLC 122/06, mas não acredita na mesma. "O Congresso Nacional é reflexo da sociedade, é formado pelo povo e, infelizmente, há muita discriminação na população. Por isso, não acredito na sua aprovação, pelo menos, não agora", declara.

Para Nildo Correia, se o PLC for aprovado, atingirá diretamente o conservadorismo parlamentar. "Se tornando Lei, os parlamentares terão que reprimir sua intolerância. A maioria evangélica e católica impede que o país avance, pois ela quer dirigir o Brasil através da Bíblia, quando nós temos uma Constituição", desabafa.

Exemplo disso aconteceu em junho deste ano, quando o pastor evangélico e parlamentar da Frente da Família, Magno Malta, que tem lutado contra a aprovação do PLC 122 desde sua primeira proposta em 2006, prometeu deixar o senado caso ele seja aprovado.

Delegacias Especializadas

Alguns policiais admitem que há preconceito e o enxergam como dificultador e até repulsivo para os homossexuais. O delegado Aides Ponciano acredita nas delegacias especializadas para que a melhora comece na recepção das vítimas, atingindo também as áreas subseqüentes.

"Sei que a Lei define que todos devem ser tratados de maneira igual, sem qualquer tipo de discriminação. A priori, deveria ser assim, contudo, lidamos com pessoas, e cada uma encara de uma maneira; algumas têm preparo, outras não. É necessário uma política de esclarecimento para os policiais", afirma o delegado.

Nildo Correia afirma que não apenas o modelo de delegacia deve ser importado, mas de sua administração. "Com a visão de segurança pública que nosso Governo tem, a implantação de uma delegacia especializada não terá bons resultados. Tudo depende de gerência. Em um bom comando, isso não seria nem necessário. Pois, é dever de toda e qualquer delegacia investigar os crimes, independente da forma que eles aconteceram e sem taxações. Bem como, de atender bem a todos os que procuram esse direito", diz.

Defensor da implantação das Delegacias Especializadas em crimes homofóbicos, Flávio Gomes destaca que ela deve ser composta não apenas de um delegado, mas de um quadro técnico, preparado, composto por psicólogo, assistente social, entre outros profissionais. "É fundamental que a vítima não seja tratada apenas como mais uma, mas, como única. Afinal, é uma pessoa que teve seus direitos violados", expõe.

Assim como em outros aspectos, o promotor cobra união do movimento LGBT. Ele ressalta a importância do movimento não apenas falar, mas cobrar do governo capacitação à categoria policial. "Mesmo que como pessoas esses profissionais tenham conceitos pré-estabelecidos, eles precisam, no exercício de suas atividades, respeitar e enxergar às vítimas como seres humanos", frisa.

União Estável – STF reconhece novo núcleo familiar

Em 05 de maio de 2011 foi dado aos casais homossexuais o direito de se equipararem aos heterossexuais em relação à união estável. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

A união estável difere do casamento civil, já que a primeira acontece sem formalidades, de forma natural, a partir da convivência do casal, enquanto o casamento civil é um contrato jurídico formal, estabelecido entre duas pessoas. A lei, que estabelece normas para as uniões estáveis entre homens e mulheres, destaca entre os direitos e deveres do casal, o respeito e a consideração mútuos, além das assistências moral e material recíprocas.

Apesar de boa parte da sociedade se posicionar contra a essa decisão, ativistas gays dizem que ela foi um grande passo na conquista por mais direitos para a comunidade homossexual e afirmam que não vão desistir de conquistá-los.

Larissa Fontes e Laura Teresa Barbosa

Comentários dos leitores à reportagem “Homofobia: com a palavra a legislação e as autoridades”.

Mário - <http://www.olavodecarvalho.org/semana/111219dc.html>

Daniel - Qual é a opção das autoras?

Pessoa - "Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação" (Levítico 18.22; 20.13) As leis dos homens não, as a LEI de DEUS que é soberana os condenam.

Laiz - Adorei a série meninas! Vocês escreveram muito bem sobre um assunto bastante polêmico! Arrasaram! Parabéns!

Larissa - parabéns lauritha e fonfis, trabalho lindo.

CORRÊA - TANTA COISA P A SOCIEDADE SE PREOCUPAR: SAÚDE, SANEAMENTO BÁSICO Q CAUSA INÚMERAS DOENÇAS E INCHAM O SERVIÇO PUB DE SAÚDE, INFRAESTRUTURA DAS CIDADES, SEGURANÇA PUB DESENFREADA CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E A PESSOA (TODAS, SEM DISTINÇÃO DE OPÇÃO SEXUAL, COR OU CFREDO), EDUCAÇÃO, É O Q PRECISAMOS!!!!!!!!

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em princípio, ressaltamos que este não é um trabalho finalizado, não porque não quisemos, mas por se tratar de um tema extremamente atual e amplo, novas situações surgem quase que diariamente. Nosso intuito foi deixá-lo mais atualizado possível, no entanto, no intervalo que compreende encerrar esta conclusão e apresentar este projeto, com certeza, novos eventos já aconteceram. Para tanto, esclarecemos que fechamos a edição em fevereiro de 2012.

Apresentamos neste TCC, fatos que nos permitiram criar um panorama, a fim de mostrar à sociedade que medidas urgentes são necessárias. Nesta conclusão, transmitimos nossas impressões acerca do tema e reflexões que tivemos ao longo de seu desenvolvimento.

Através deste estudo, foi possível observar dentre os escritos feitos e fundamentados em autores - sejam vítimas ou estudiosos - que nos ajudaram no processo, a importância de se refletir sobre a origem e o cultivo da intolerância. Propomos aqui, um desafio para os alicerces deste país: família, educadores e governo.

Os contatos com as vítimas e famílias, sem sombra de dúvidas, foram os momentos mais emocionantes. Mesmo que as pesquisas e leituras nos chocassem, ouvir uma mãe que perdeu seu filho ou alguém que vive atormentado e prisioneiro do medo nos comovia de uma forma que éramos levadas a essa atmosfera e nos revoltava cada vez mais.

Percebíamos que nosso esforço estava valendo a pena quando essas pessoas se mostravam crenes que este trabalho pode ajudá-las de alguma forma, dando esperanças de que tal violência diminua.

Entretanto, na busca de dar voz a grande parte dos envolvidos nessas tristes estatísticas – apenas não buscamos os agressores, por escolha própria e prévia -, infelizmente, não conseguimos respostas de algumas pessoas enquanto entidade. Foram inúmeros telefonemas e emails para o Governo Federal através da Secretária de Direitos Humanos, assim como trocamos vários com Marcelo Cerqueira e Luiz Mott, mas algumas pessoas querem se fazer inacessíveis. Bem como, acham que somos “pequenas” demais para darem credibilidade.

Como trabalho prático, publicamos partes do texto no site Cada Minuto, através do qual pudemos estabelecer um termômetro do preconceito. E a escolha por esse canal de comunicação se deu justamente por ele permitir a interação do público. Bastante visualizadas,

as matérias repercutiram e feriram os conceitos pré-estabelecidos por algumas pessoas, bem como, seus ditos valores morais e éticos.

O preconceito destaca-se em alguns comentários, nos quais os leitores fizeram menções à vontade de querer agredir homossexuais - feito, na maioria das vezes, escondido por codinomes. O que também foi possível observar através dos comentários, é que as pessoas não querem enxergar esses crimes como homofóbicos, procurando sempre outros argumentos para justificá-los.

Compilamos todos os dados neste trabalho, que tem como objetivo principal abrir os olhos da sociedade para o tamanho preconceito que os homossexuais sofrem. É necessário, antes de tudo, um trabalho de reeducação mental da sociedade no que se refere à homofobia. Acreditamos que o investimento em políticas públicas educacionais, agregado a campanhas na mídia, podem contribuir para a redução desse preconceito enraizado no povo.

Entretanto, a conscientização apenas parece não bastar. A carência de políticas asseguram a impunidade, se tornando um ciclo vicioso. Portanto, é imprescindível aplicar punições severas àqueles que cometerem tais delitos. Além disso, a falta de diálogo entre pais e filhos garante a continuação do preconceito.

Um importante passo para que o Brasil supere o preconceito, é criminalizar todo e qualquer ato homofóbico. A promoção da igualdade e respeito aos homossexuais talvez pudesse ser implementada com a aprovação do PLC 122/2006, que assegura alteração em algumas Leis que preveem a criminalização por discriminação a outras minorias. Contudo, o primeiro arquivamento do Projeto de Lei foi frustrante, bem como, seu constante adiamento.

Por fim, fica claro que, nossa sociedade não será igualitária e justa, como descreve a Constituição Federal, enquanto ideias de intolerância, discriminação e preconceito forem disseminadas. Não apenas no tocante à orientação sexual, mas, no que diz respeito à raça, sexo ou qualquer que seja a “diferença” entre vítima e ser discriminador.

REFERÊNCIAS

ACNUDH, A. C. Combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. Disponível em ONU BR: < http://onu.org.br/docs/discriminacao-onu-pt_br.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2011.

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, G. B. (01 de 2010). Manual de Comunicação LGBT. Disponível em: < <http://www.unaids.org.br/biblioteca/links/UNAIDS/UNAIDS%209.pdf>>. Acesso em 03 de julho de 2011

ABRAMO, F. P. (12 de Abril de 2010). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil - Perseu Abramo*. Disponível em Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/combate-a-homofobia-discriminacao-por-orientacao-sexual/Pesquisa_LGBT_fev09_FUNDPERSEUABRAMO_1.pdf>. Acesso em 01 de Outubro de 2011

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica – As Técnicas do jornalismo*. Básica universitária, 1990.

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil de 1988. (s.d.). Disponível em Planalto.gov.br: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 01 de julho de 2011,

Discriminação, C. N. (2004). Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf>. Acesso em 1 de julho de 2011.

ESTADO, A. Ganhador de miss gay Arapiraca é assassinado em AL. G1. (17 de 09 de 2007). Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1634654-5598,00-gANHADOR+DE+MISS+GAY+ARAPIRACA+E+ASSASSINADO+EM+AL.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

FERRARI, P. *Jornalismo Digital*. São Paulo: Contexto, 2010.

GALVÃO, C., & VILAR, L. Miss Gay de Arapiraca é violentado e espancado até a morte. Alagoas 24 horas. (17 de 09 de 2007). Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=34608>>. Acesso em 10 de 01 de 2011.

G1. Se PLC 122 for aprovado, renuncio ao mandato de Senador, afirma Magno Malta. (14 de 06 de 2011). Disponível em: < http://www.magnomalta.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2164:se-plc-122-for-aprovado-renuncio-ao-mandato-de-senador-afirma-magno-malta&catid=29:pl-122&Itemid=52>. Acesso em 07 de 01 de 2011.

IBGE. Estados@ - Alagoas - IBGE. (04 de 2011). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>. Acesso em 01 de maio de 2011.

IBGE. Estados@ - Bahia - IBGE. (04 de 2011). Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>. Acesso em 01 de 05 de 2011.

LAGES, N. *Teoria e técnicas do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LH. *Dilma veta a produção do kit contra a homofobia*. Época, R. (05 de 25 de 2011). Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI236093-15228,00.html>>. Acesso em 01 de junho de 2011.

MACEIÓ. Lei Municipal 4.667/97 - Maceió/AL. (s.d). Disponível em : <http://www.ess.ufrj.br/diversidadesexual/site/leis/legislacoes.php?id_content=46>. Acesso em 1 de julho de 2011

MELO, D., & LOPES, D. Padre de Murici é encontrado morto em Maceió. Gazeta Web (07 de 11 de 2009). Disponível em:<http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=189257>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

MOTT, L. Orientação - 10 verdades sobre a Homofobia. Grupo Gay da Bahia. 2009. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/orienta-verdades.html>>. Acesso em 01 de maio de 2011.

PENA, F. (2005). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.

REDAÇÃO, P. Relatório Anual divulga números de Homossexuais assassinados no Brasil em 2009. Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%2009.html>>. Acesso em: 3 de março de 2010.

RIBEIRO, J. Cresce nº de assassinatos de homossexuais em AL. Gazeta Web. (25 de março de 2009). Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=175508>. Acesso em 10 de 01 de 2011,

RICARDO RODRIGUES, D. A. Padre é encontrado assassinado dentro de casa em Maceió. Estadão. (08 de 11 de 2009). Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,padre-e-encontrado-assassinado-dentro-de-casa-em-maceio,463097,0.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

ROSSEI, C. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

S/A, A. E. Vencedor de concurso gay é morto após premiação. Terra. (17 de 09 de 2007). Disponível em Terra: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1915739-EI5030,00.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

SENADO FEDERAL. PLC - PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 122 de 2006. (s.d.). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604>. Acesso em 15 de julho de 2011.